



UNIDIR

UNITED NATIONS INSTITUTE
FOR DISARMAMENT RESEARCH

ANTI-AEI

MODELO DE MATURIDADE DE
CAPACIDADE & FERRAMENTA DE
AUTOAVALIAÇÃO

BOB SEDON & ALFREDO MALARET BALDO

SOBRE O UNIDIR

O Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento (UNIDIR) é um instituto autônomo dentro do sistema das Nações Unidas, cujo financiamento se dá de forma voluntária. Um dos poucos institutos de políticas em todo o mundo com foco em desarmamento, o UNIDIR gera conhecimento e promove o diálogo e ação no âmbito do desarmamento e da segurança. Com sede em Genebra, o UNIDIR auxilia a comunidade internacional no desenvolvimento de ideias práticas e inovadoras necessárias para encontrar soluções para problemas críticos de segurança.

AGRADECIMENTOS

O apoio dos principais financiadores do UNIDIR constitui o alicerce de todas as atividades do Instituto. Essa área de pesquisa do Programa de Armas Convencionais recebe apoio do Governo da França. As fotos foram disponibilizadas por Bob Seddon, pelo Serviço de Ação Antiminas das Nações Unidas (UNMAS, a sigla em inglês) e pela Missão da União Africana na Somália. Em particular, o UNIDIR gostaria de agradecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de Portugal pelo apoio indispensável à tradução desta ferramenta para o português.

NOTA

As designações empregadas e a apresentação do material desta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas referente à situação legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou das suas autoridades, ou com relação à delimitação das suas fronteiras ou limites. As opiniões expressas na publicação são de responsabilidade exclusiva dos seus autores individuais. Elas não refletem necessariamente os pontos de vista ou opiniões das Nações Unidas, do UNIDIR, ou dos membros da sua equipe e patrocinadores.

COLABORADORES

Os autores gostariam de agradecer às seguintes pessoas pelas suas contribuições: Abbas Kadhom Obaid, Embaixador Yann Hwang, Alexander Ralf Riebl, Allison Dray, Andres Perez, Chad Houllis, Charlotte Renckens, Coronel Major Nema Sagara, David Lockhead, Diana Castro, Douglas Leech, Elodie Hainard, Frederique Gautier, Gareth Collett, James Revill, Katherine Prizeman, Lasha Giorgidze, Mark Davis, Melanie Gerber, Michael Whited Jr., Miguel Angel Fuentes Peniza, Mike Lewis, Noel Hsu, Pascal Levant, Sayed Musaddeq, Simon Yazgi e uma série de oficiais que desejam permanecer anônimos. Os autores também agradecem à equipe do UNIDIR, que apoiou e orientou esta pesquisa, sobretudo Renata Dwan, Himayu Shiotani, Manuel Martinez, Nora Doukkali, e Sebastian Wilkin. Igualmente, a equipa de investigação agradece a Lara Maria Guedes Gonçalves Costa, Barbara Morais Figueiredo e André Ortega Costa pelo trabalho de revisão da qualidade da tradução desta publicação para o português.

ÍNDICE

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO, ESCOPO, PÚBLICO, UTILIZAÇÃO E CONSULTAS.....	10
2.1 Objetivo e Escopo	10
2.2 Público-Alvo.....	10
2.3 Como utilizar este documento	10
2.4 Consultas.....	11
3 AEI E CONTEXTO ANTI-AEI	13
3.1 Definições	13
3.1.1 Definição de AEI	13
3.1.2 Tipos de AEI	13
3.2 Componentes de um AEI.....	14
3.3 Contexto Anti-AEI	15
3.4 O que é um Modelo de Maturidade de Capacidade?	15
3.5 Por que utilizar um Modelo de Maturidade de Capacidade?	17
4 MODELO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI.....	19
4.1 Características do Modelo de Maturidade de Capacidade Anti-AEI	19
4.2 Níveis de Maturidade de Capacidade Anti-AEI.....	19
5 FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI DO UNIDIR.....	23
5.1 Abordagens para enfrentar a proliferação de AEI	23
5.2 Medidas de Anti-Proliferação de AEI a montante.....	23
5.2.1 Regulamentação, Legislação e Políticas Nacionais	23
5.2.2 Segurança e Controle de Explosivos	24
5.2.3 Educação sobre o risco de AEI.....	24
5.2.4 Desenvolvimento de Capacidade Anti-AEI	25
5.2.5 Controles Fronteiriços.....	25
5.2.6 Controle de Precursores de AEI.....	26
5.2.7 Cooperação Regional e Internacional e Troca de Informações	27
5.2.8 Operações de Inteligência.....	28
5.3 Medidas de Anti-Proliferação de AEI a Jusante.....	28
5.3.1 Reação a AEI – Garantir a Segurança	28

5.3.2 Reação a AEI – Exploração da Cena.....	29
5.3.3 Análise de Evidências Recolhidas.....	30
5.3.4 Gestão de Informação.....	30
5.3.5 Exploração Técnica de AEIs Coletados.....	30
5.3.6 Identificação de Criminosos.....	31
5.3.7 Processo Judicial	31
5.3.8 Desenvolvimento de Medidas de Prevenção Anti-AEIs	31

6 UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI DO UNIDIR.....

33

6.1 Introdução à utilização do Modelo de Autoavaliação Anti-AEI.....	33
6.2 Utilização da Ferramenta de Visualização de Dados.....	33
6.2.1 Inserção de Dados na Ferramenta de Visualização de Dados.....	33
6.2.2 Exibição de Resultados na Ferramenta de Visualização de Dados	35
6.3 Avaliação de Maturidade Anti-AEI a montante.....	36
6.3.1 Medidas Anti-AEI a montante: Regulamentação, Legislação e Políticas Nacionais	36
6.3.2 Medidas Anti-AEI a montante: Segurança e Controle de Explosivos	38
6.3.3 Medidas Anti-AEI a montante: Educação de Risco de AEI.....	40
6.3.4 Medidas Anti-AEI a montante: Desenvolvimento de Capacidade Anti-AEI	41
6.3.5 Medidas Anti-AEI a montante: Controles Fronteiriços	44
6.3.6 Medidas Anti-AEI a montante: Controle de Precursores de AEI.....	46
6.3.7 Medidas Anti-AEI a montante: Cooperação Regional e Internacional e Troca de Informações	48
6.3.8 Medidas Anti-AEI a jusante: Operações de Inteligência	49
6.4 Avaliação de Maturidade Anti-AEI a jusante.....	53
6.4.1 Medidas Anti-AEI a jusante: Reação a AEI - Garantir a Segurança.....	53
6.4.2 Medidas Anti-AEI a jusante: Reação a AEI – Exploração da Cena	56
6.4.3 Medidas Anti-AEI a jusante: Análise de Evidências Recolhidas.....	58
6.4.4 Medidas Anti-AEI a jusante: Gestão de Informação	60
6.4.5 Medidas Anti-AEI a jusante: Exploração Técnica de AEIs coletados.....	61
6.4.6 Medidas Anti-AEI a jusante: Identificação de Criminosos.....	62
6.4.7 Medidas Anti-AEI a jusante: Processo Judiciário	64
6.4.8 Medidas Anti-AEI a jusante: Desenvolvimento de contramedidas Anti-AEI	66

FIGURAS

Figura 1. Componentes de um AEI	10
Figura 2. Um Modelo de Capacidade de Cinco Níveis	12
Figura 3. Níveis Indicados de Modelo de Maturidade de Capacidade Anti AEI	15
Figura 4. Componentes de Capacidade Anti-AEI a Montante e a Jusante	19
Figura 5. Ferramenta de Visualização de Dados — Inserção de Dados.....	32
Figura 6. Ferramenta de Visualização de Dados — Exibição de Resultados	33

TABELAS

Tabela 1. Precursores Explosivos Restritos na UE	23
Tabela 2. Precursores Explosivos Declaráveis na UE	23
Tabela 3. Índice de Atividades Anti-AEI a Montante	34
Tabela 4. Índice de Atividades Anti-AEI a Jusante	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACTO	(munição) prezada por organizações criminosas ou terroristas
MC ANTI-AEI	Maturidade de Capacidade Anti-AEI (Nível)
MMC ANTI-AEI	Modelo de Maturidade de Capacidade Anti-AEI
COMINT	inteligência de comunicação
MMC	modelo de maturidade de capacidade
CME	contramedidas eletrónicas
INTEL	inteligência eletrónica
NME	neutralização de materiais explosivos
UE	União Europeia
HUMINT	inteligência humana
AEI	artefacto explosivo improvisado
NAEI	neutralização de artefacto explosivo (ou descarte)
GI	gestão de informação
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
IFA	inteligência de fonte aberta
AEICR	artefacto explosivo improvisado controlado por rádio
VTC	veículos telecomandados
SIGINT	inteligência de sinais
SIM	módulo de identidade do assinante
UNIDIR	Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento
MND	munições não deflagradas
OMA	Organização Mundial das Alfândegas

TERMOS E DEFINIÇÕES

Este documento não fornece um glossário abrangente de termos e definições. Uma lista completa de termos e definições pode ser encontrada no Léxico de Artefactos Explosivos Improvisados das Nações Unidas, produzido pelo Serviço de Ação Antiminas das Nações Unidas e disponível [aqui](#).

SOBRE OS AUTORES



BOB SEDDON passou 27 anos no Exército Britânico em uma série de cargos relacionados com a neutralização e descarte de materiais e munições explosivos (NME), inteligência de armas, projetos especiais e políticas relacionadas. Comandou um esquadrão de NME na Grã-Bretanha e um regimento regular na Irlanda do Norte e atuou em operações em todo o mundo. No seu último cargo militar, foi o principal oficial técnico de munição e a autoridade competente e inspetor do Exército Britânico para descarte de artefactos explosivos improvisados, inteligência de armas e segurança de explosivos. Atualmente, trabalha principalmente nas áreas de mitigação de ameaças explosivas e desenvolvimento de capacidades. É engenheiro credenciado e possui graduação em Comando e Controle, Comunicações e Sistemas de Informação e mestrado em Projeto de Sistemas de Informação, Engenharia de Artefactos Explosivos e Defesa.



ALFREDO MALARET BALDO foi pesquisador do programa de armas convencionais do UNIDIR. Coordenou o portfólio de pesquisa sobre violência urbana. Alfredo é especializado em análise de políticas públicas, estratégias de redução da violência urbana e vínculos entre segurança e esforços de desenvolvimento. Ingressou no UNIDIR depois de trabalhar para o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, para o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, Desarmamento e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, e para o Embaixador dos EUA Dennis Jett. É bacharel em ciências políticas e possui mestrado em assuntos públicos pela Brown University e em política internacional e desenvolvimento económico pela Pennsylvania State University.

SOBRE A EQUIPE DE PESQUISA DO UNIDIR ANTI-AEI



THEO BAJON é pesquisador associado do programa de armas e munições convencionais do UNIDIR. Concentra-se nas abordagens regionais e nacionais dos fluxos de trabalho de gestão de armas e munições (GAM) e de prevenção e mitigação de AEIs. Anteriormente, trabalhou no Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, Desarmamento e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe (UNLIREC, a sigla em inglês) como associado de projeto na implementação de planos de ação nacionais na estrutura do Roteiro de Armas de Fogo do Caribe. Também trabalhou com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas no grupo de trabalho Interagências sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (IAWG-DDR, a sigla em inglês) como voluntário das Nações Unidas (UNV, a sigla em inglês) na monitorização de processos de DDR em todo o mundo. Possui mestrado em perícia e riscos internacionais pela Universidade de Lyon 3.



HARDY GIEZENDANNER é pesquisador sênior do programa de armas e munições convencionais do UNIDIR. Ele é especialista em pesquisas sobre prevenção de desvio e fluxos ilícitos de armas e munições, embargos de armas das Nações Unidas, de gestão de armas e munições (GAM) e, mais recentemente, contraterrorismo e prevenção de conflitos. Hardy trabalhou anteriormente na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO, a sigla em inglês), no Serviço de Ação Antiminas das Nações Unidas (UNMAS, a sigla em inglês), para a Geneva Call e para o Departamento Federal Suíço de Relações Exteriores. Possui pós-graduação e mestrado em relações internacionais, estudos de paz e segurança pelo Instituto de Estudos Internacionais de Barcelona e bacharelado em relações internacionais pela Universidade de Genebra.



PAUL HOLTOM é o diretor do programa de armas e munições convencionais do UNIDIR. Ele realiza pesquisas e apoia os esforços para desenvolver a capacidade de lidar com o comércio ilícito, o desvio e a proliferação descontrolada de armas convencionais, incluindo armas de pequeno e leve porte e munição. O Dr. Holtom é autor e coautor de várias publicações sobre o comércio internacional de armas e o controle de armas convencionais, com foco recente no Tratado de Comércio de Armas, gestão de armas e munições (GAM), e no desvio de armas e munições convencionais. Antes de ingressar no UNIDIR, foi diretor da Unidade de Apoio a Políticas e Capacidades do Small Arms Survey, vice-diretor do Centro de Estudos de Paz e Reconciliação da Universidade de Coventry e diretor do programa de transferência de armas do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI, a sigla em inglês). Paul possui doutoramento e mestrado em estudos sobre a Rússia e o leste europeu pela Universidade de Birmingham.

RESUMO

Os artefactos explosivos improvisados (AEIs) representam uma enorme ameaça para as sociedades em todo o mundo. Conforme observado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018: *“A devastação causada pelo uso crescente de artefactos explosivos improvisados por grupos armados ilegais, terroristas e outros recetores não autorizados (...) afetou um número elevado de países e resultou em milhares de vítimas, tanto civis quanto militares”*.¹ Nesse contexto, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou que o Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento (UNIDIR) desenvolvesse *“uma ferramenta de autoavaliação voluntária para auxiliar os Estados na identificação de lacunas e desafios nas suas regulamentações nacionais e na sua preparação para enfrentar o desafio dos artefactos explosivos improvisados”*.²

Este documento tem como objetivo auxiliar os Estados no desenvolvimento de ações nacionais coerentes para enfrentar a ameaça dos AEIs. Também pode servir de ferramenta para que os doadores avaliem as necessidades de financiamento e as prioridades no trabalho de aprimoramento das capacidades nacionais de combate aos AEIs. O documento possui três partes principais: a primeira (seções 1-4) apresenta uma breve introdução e define o contexto do problema. A segunda (seção 5) discorre sobre a importância da aplicação de um Modelo de Maturidade de Capacidade Anti-AEI (MMC Anti-AEI) e descreve o mesmo. A terceira (seção 6) descreve a Ferramenta de Autoavaliação do UNIDIR, baseada no MMC Anti-AEI.

O termo “Anti-AEI” é utilizado da maneira mais ampla possível e inclui todas as atividades que um Estado pode implementar para prevenir e mitigar o uso de AEIs. Os componentes da capacidade de combate aos AEIs são divididos em duas categorias: componentes a montante, que se concentram nas atividades destinadas a impedir ou prevenir a ocorrência de eventos envolvendo AEIs, e componentes a jusante, que estão associados à resposta ou à mitigação de uma determinada ocorrência envolvendo AEIs. **O modelo baseia-se na premissa de que quanto maior a maturidade e a eficácia das medidas a montante, menos medidas a jusante são necessárias para combater o uso de AEIs.**

Os leitores que buscam um panorama da metodologia de avaliação da preparação do Estado para enfrentar os riscos ligados a AEIs devem consultar as seções 1 a 5 deste relatório, em que são descritos os cinco níveis de maturidade definidos no MMC Anti-AEI. Aqueles que desejam ter acesso aos detalhes da preparação Anti-AEI devem concentrar-se na seção 6, que descreve como o MMC Anti-AEI deve ser implementado e como a Ferramenta de Autoavaliação deve ser utilizada. Uma aplicação simples de visualização de dados, acessível por meio de um hiperlink fornecido na seção 6, foi desenvolvida para auxiliar os usuários na recolha de dados de avaliação e na exibição dos resultados. O resultado da ferramenta de autoavaliação é um conjunto de níveis indicativos de maturidade da capacidade para os componentes a montante e a jusante da capacidade Anti-AEI.

¹ Assembleia Geral, Countering the Threat Posed by Improvised Explosive Devices (Combatendo a ameaça representada por artefactos explosivos improvisados), documento da ONU A/ RES/73/67, 5 de dezembro de 2018.

² Assembleia Geral, Countering the Threat Posed by Improvised Explosive Devices (Combatendo a ameaça representada por artefactos explosivos improvisados), documento da ONU A/ RES/71/72, 5 de dezembro de 2016, para. 20



1 INTRODUÇÃO

Os artefactos explosivos improvisados (AEIs) representam uma enorme ameaça para as sociedades em todo o mundo. Conforme observado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018:

*A devastação causada pelo uso crescente de artefactos explosivos improvisados por grupos armados ilegais, terroristas e outros recetores não autorizados (...) afetou um grande número de países e resultou em milhares de vítimas, tanto civis quanto militares.*³

A ameaça representada pelos AEIs em diversas partes do mundo é considerável e crescente, com uma dinâmica complexa, resumida no trecho a seguir:

*Os AEIs são as armas preferidas das redes que operam ao longo de todo o complexo e variado leque de ameaças - criminosas, insurgentes e terroristas. Eles são utilizados porque são baratos, facilmente disponíveis, simples de construir, letais e eficazes. Os AEIs são armas capazes de causar vítimas facilmente, criar uma percepção de insegurança e influenciar a vontade nacional. Essa ameaça é complexa e transnacional por natureza, inserida em camadas de redes de ameaças globais interdependentes e interconectadas e sistemas de apoio.*⁴

Os AEIs são armas indiscriminadas e os seus efeitos são sentidos de forma mais intensa pela população civil. Por exemplo, a utilização de AEIs detonados por vítimas pode tornar grandes áreas inabitáveis e causar efeitos de longo prazo semelhantes à repercussão de minas terrestres antipessoal e antitanque.

Em 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas solicitou o Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre Desarmamento (UNIDIR) para que desenvolvesse "uma ferramenta de autoavaliação voluntária para auxiliar os Estados a identificar lacunas e desafios na sua regulamentação e preparação nacional para enfrentar o desafio dos artefactos explosivos improvisados".⁵

Diante dessa solicitação, o UNIDIR desenvolveu este Modelo de Maturidade da Capacidade Anti-AEI e a Ferramenta de Autoavaliação. Para garantir o desenvolvimento de uma ferramenta adequada a essa finalidade, o UNIDIR solicitou comentários e contribuições de uma ampla variedade de partes interessadas durante todo o processo de elaboração. Os principais mecanismos de feedback e consulta incluíram a ampla circulação de versões preliminares, duas reuniões informais de revisão com peritos e testes-piloto em contextos de capacidade variados.

³ Assembleia Geral, Countering the Threat Posed by Improvised Explosive Devices (Combatendo a ameaça representada por artefactos explosivos improvisados), documento da ONU A/ RES/73/67, 5 de dezembro de 2018.

⁴ Organização de Combate aos Artefactos Explosivos Improvisados (Joint Improvised Explosive Device Defeat Organization, JIEDDO), Plano Estratégico Anti-Artefactos Explosivos Improvisados, 2012-2016, 1º de janeiro de 2012.

⁵ Assembleia Geral, Countering the Threat Posed by Improvised Explosive Devices (Combatendo a ameaça representada por artefactos explosivos improvisados), documento da ONU A/ RES/71/72, 5 de dezembro de 2016, para. 20



2 OBJETIVO, ESCOPO, PÚBLICO-ALVO, UTILIZAÇÃO E CONSULTAS

2.1 OBJETIVO E ESCOPO

Este documento foi elaborado para auxiliar os Estados no desenvolvimento de ações coerentes a nível nacional para enfrentar a ameaça representada pelos AEIs. **Portanto, o documento é destinado a todos os interessados em desenvolver ou aprimorar capacidades Anti-AEI.** Também pode ajudar os doadores a avaliar o provável nível de contribuições necessárias e as prioridades no aprimoramento das capacidades nacionais Anti-AEI.

O documento possui três partes principais: a primeira (seções 1-4) apresenta uma breve introdução e define o contexto do problema. A segunda (seção 5) discorre sobre a importância da utilização de um Modelo de Maturidade de Capacidade Anti-AEI (MMC Anti-AEI) e descreve o mesmo. A terceira (seção 6) descreve a Ferramenta de Autoavaliação do UNIDIR, baseada no MMC Anti-AEI.

2.2 PÚBLICO-ALVO

Este documento deve ser utilizado por:

» **Funcionários de alto escalão do governo e encarregados de políticas públicas** para influenciar as esferas que possuem controle sobre a alocação de recursos e os envolvidos na elaboração de legislação, políticas e recursos nacionais Anti-AEI.

» **Oficiais do governo e membros da polícia e de unidades militares** envolvidos no desenvolvimento de capacidades e ações Anti-AEI.

» **Doadores e equipes de organizações internacionais e não governamentais** e outras entidades envolvidas na execução de projetos de desenvolvimento de capacidade nacional Anti-AEIs. O Modelo de Maturidade da Capacidade Anti-AEI e a Ferramenta de Autoavaliação permitem avaliar a preparação nacional de um Estado e determinar como a assistência internacional pode ser mobilizada da melhor maneira possível.

2.3 COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO

Os leitores que buscam um panorama da metodologia de avaliação da preparação do Estado para enfrentar os riscos ligados a AEIs devem consultar as seções 1 a 5 deste relatório, em que são descritos os cinco níveis de maturidade definidos no MMC Anti-AEI. Aqueles que desejam ter acesso aos detalhes da preparação Anti-AEI devem concentrar-se na seção 6, que descreve como o MMC Anti-AEI deve ser implementado e como a Ferramenta de Autoavaliação deve ser utilizada. Na seção 6 está incluído um hyperlink que permite o acesso a uma ferramenta de visualização de dados.

Esta ferramenta de autoavaliação permite que os Estados identifiquem, por conta própria, as suas lacunas e desafios em termos de preparação nacional. Na prática, isso significa que ela foi criada para que os Estados possam avaliar a maturidade das suas próprias capacidades Anti-AEI. O uso desta ferramenta oferece aos Estados uma visão geral do nível atual de maturidade da sua capacidade Anti-AEI, indicando, assim, as áreas em que é necessário aprimorá-la. Caso seja necessária assistência na utilização dessa ferramenta, o UNIDIR poderá, mediante solicitação, fornecer orientação técnica. O uso da Ferramenta de Autoavaliação é voluntário, e quaisquer dados que possam ser gerados durante a sua utilização são de propriedade exclusiva do Estado, salvo acordo em contrário entre as partes envolvidas na realização de avaliações conjuntas.

2.4 CONSULTAS

Com o objetivo de desenvolver um Modelo de Maturidade de Capacidade Anti-AEI e uma Ferramenta de Autoavaliação adequados aos objetivos determinados, o UNIDIR adotou uma série de etapas para solicitar e incorporar o feedback de diversas partes interessadas envolvidas no combate à proliferação de AEIs. Essas consultas envolveram uma reunião inicial de peritos, em agosto de 2019, organizada pela Representação Permanente da França na Conferência sobre Desarmamento em Genebra, para ajudar na concepção da ferramenta. Posteriormente, o UNIDIR emitiu um rascunho inicial para solicitar feedback por escrito e organizou uma segunda reunião de peritos, em novembro de 2019, para obter uma revisão aprofundada do documento. Depois de incorporar as contribuições da primeira rodada de feedback por escrito e da segunda reunião de peritos, o UNIDIR divulgou o rascunho atualizado a uma rede mais ampla de partes interessadas, a fim de receber mais aconselhamentos e comentários.

Uma versão antecipada deste documento foi disponibilizada, mediante solicitação, a todas as Altas Partes Contratantes do Protocolo II Emendado da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Excessivamente Nocivas ou de Efeitos Indiscriminados (CCW, a sigla em inglês). As Altas Partes Contratantes foram incentivadas a fornecer feedback e comentários por escrito e/ou testar a ferramenta na prática, conforme apropriado.

No total, este documento foi distribuído a mais de 70 partes interessadas, muitas das quais forneceram apoio valioso e contribuições importantes. Para concluir o processo de consulta, o UNIDIR realizou dois testes piloto, em contextos de capacidades variadas e em diferentes idiomas, para garantir que esta ferramenta se adequasse à realidade do combate à ameaça representada pelos AEIs.



3 CONTEXTO DE AEI E ANTI-AEI

3.1 DEFINIÇÕES

3.1.1 Definição de AEI

Um AEI é definido da seguinte maneira:

Um artefacto inserido ou fabricado de maneira improvisada, que incorpora produtos químicos destrutivos, letais, nocivos, pirotécnicos ou incendiários, concebido com o intuito de destruir, incapacitar, hostilizar ou distrair. Ele pode incorporar materiais militares, porém, de maneira geral, é elaborado a partir de componentes não militares.⁶

Para os fins deste relatório e da Ferramenta de Autoavaliação, os seguintes tipos de sistemas de armas são considerados “fora do escopo”:

- » Artefactos contendo materiais químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares
- » Armas convencionais
- » Munição convencional (embora projéteis altamente explosivos, bombas e ogivas de mísseis possam ser incorporados às cargas principais de AEIs)
- » Minas (antipessoal e anticarro/tanque, embora as minas antitanque não detonadas possam ser incorporadas às cargas principais de AEIs)⁷

3.1.2 Tipos de AEI

Os AEIs podem ser classificados por função:

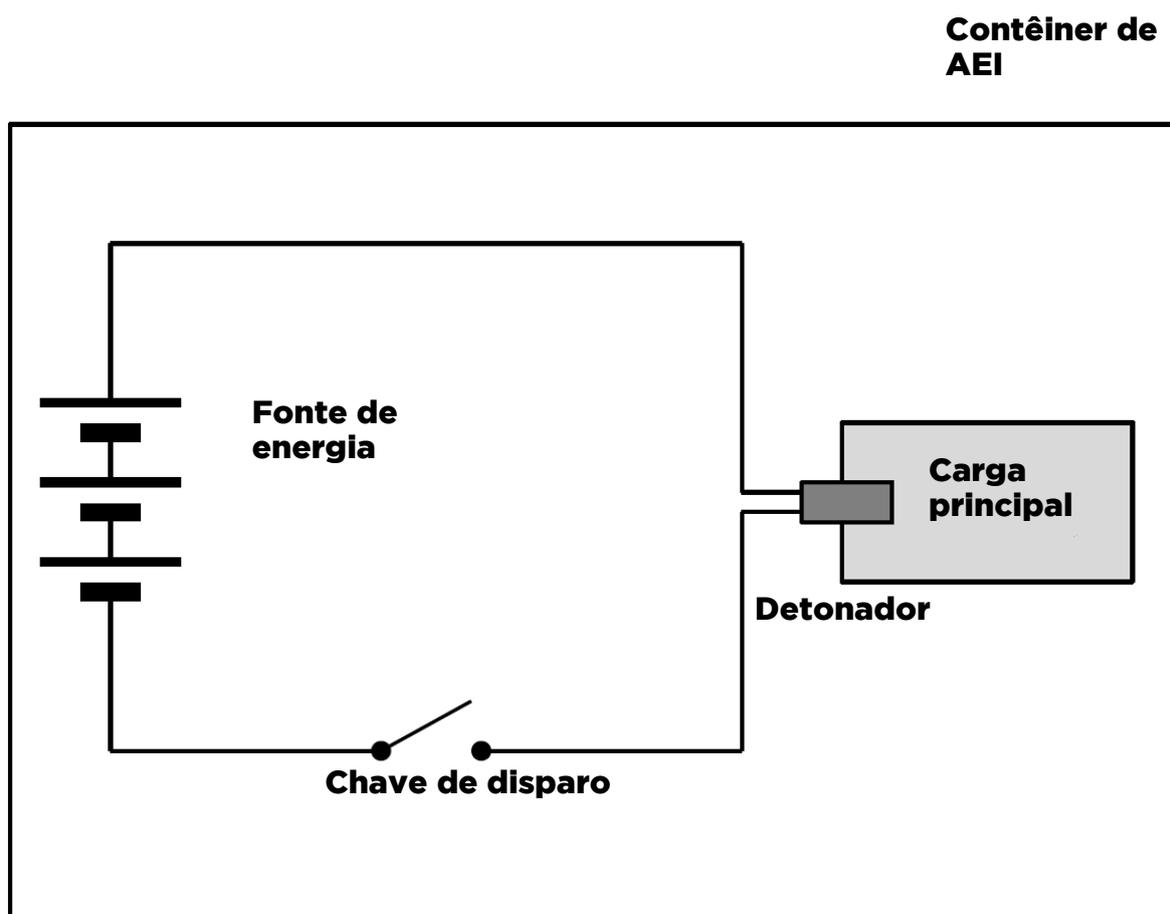
- » **AEI de comando.** Um AEI em que o momento exato da detonação do artefacto é controlado pelo criminoso. Há uma grande variedade de métodos de detonação de comando disponíveis, incluindo controle por rádio, fio de comando, tração de comando e controle de projétil.
- » **AEI operado por tempo.** Um AEI concebido para funcionar após um prazo determinado. Os prazos podem ser definidos por meios mecânicos, químicos, elétricos ou pirotécnicos.
- » **AEI ativado pela vítima.** Um AEI detonado pelas ações de um indivíduo desavisado. Exige que o alvo pretendido realize alguma forma de ação que resulte na detonação do AEI. Há uma grande variedade de métodos operados pela vítima, incluindo placa de pressão, fio de disparo, acionamento por luz, movimento, circuito de colapso e dispositivo antielevação.
- » **AEI projetado.** Um AEI lançado a partir de uma forma de placa de base improvisada com a intenção de evitar as medidas de segurança do perímetro em questão.
- » **AEI suicida.** Um AEI ativado pelo agressor em momento à sua escolha, na qual comete suicídio como

⁶ Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas, Improvised Explosive Device Lexicon (Léxico de Artefactos Explosivos Improvisados), 2016, https://unmas.org/sites/default/files/unmas_ied_lexicon_0.pdf.

⁷ Certos grupos terroristas produzem em massa AEIs antipessoais e anticarro operados por vítimas em um padrão semelhante. Embora essas armas possuam características que permitem classificá-las totalmente como minas, a sua natureza improvisada faz com que também sejam classificadas como AEIs, conforme definido no Léxico de Dispositivos Explosivos Improvisados das Nações Unidas.

parte do ataque ou, possivelmente, para evitar a captura.⁸

3.2 COMPONENTES DE UM AEI



Os cinco componentes principais de um AEI são exibidos na Figura 1.

Figura 1. Componentes de um AEI.

A Figura 1 exibe um AEI típico configurado para detonação elétrica. Alguns AEIs utilizam meios não elétricos de detonação, como temporizadores de relógio, ação química ou detonadores armados para liberar energia e iniciar uma carga explosiva.

Ao considerar o desenvolvimento de estratégias eficazes para a neutralização de componentes de AEIs, deve-se levar em conta a natureza dupla de muitos componentes e precursores de AEIs. A regulamentação e o controle dos seguintes componentes podem ser eficazes para reduzir a proliferação de AEIs:

» **Detonador.** Todos os AEIs requerem algum tipo de detonador, geralmente fabricado (comercial ou militar) ou caseiro.⁹ O detonador é um componente essencial de todos os AEIs, e o controle efetivo desses itens pelo Estado é um pré-requisito na luta contra a proliferação dos mesmos.

» **Carga principal.** A carga explosiva principal de um AEI pode consistir em um ou mais dos seguintes tipos de explosivos:

- Explosivos comerciais a granel (por exemplo, dinamites, gelignites e explosivos à base de nitrato

⁸ Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas, Improvised Explosive Device Lexicon (Léxico de Artefactos Explosivos Improvisados), 2016, https://unmas.org/sites/default/files/unmas_ied_lexicon_0.pdf.

⁹ Também conhecido como "tampa de detonação".

de amónio usados nas indústrias extrativas)

- Explosivos militares a granel (por exemplo, explosivos plásticos, cargas de demolição de TNT)
- Material bélico contendo altos explosivos (por exemplo, projéteis de artilharia, bombas de avião, ogivas de mísseis)¹⁰
- Compostos explosivos de fabricação caseira (por exemplo, peróxidos orgânicos, como triperóxido de triacetona e triperóxido de hexametileno diamina)
- Misturas explosivas de fabricação caseira (por exemplo, composições explosivas de combustível-oxidante à base de nitratos, cloratos ou percloratos)

» **Chaves eletrônicas.** As chaves de disparo e armação dos AElS podem consistir em componentes eletrônicos onipresentes impossíveis de regular. No entanto, é possível regular e controlar os sistemas eletrônicos mais sofisticados associados aos AElS controlados por rádio (AEICRs) (por exemplo, transmissores e receptores, interruptores de frequência modulada de duas tonalidades, sistemas completos de comutação baseados em radiofrequência industrial).

3.3 CONTEXTO ANTI-AEI

O AEI não é uma arma recente; ele vem sendo utilizado há muitas décadas. O que é recente é o reconhecimento geral de que o AEI é uma arma assimétrica eficaz que pode ser utilizada para atacar um adversário mais robusto e convencionalmente armado. Nos últimos anos, o termo "Anti-AEI" foi definido como:

*Os esforços coletivos para derrotar o sistema de AEI atacando as redes, neutralizando o artefacto e preparando uma força.*¹¹

Para o MMC anti-AEI e a Ferramenta de Autoavaliação, **o termo "Anti-AEI" é utilizado no contexto mais amplo possível e inclui todas as atividades que um Estado pode realizar para prevenir e mitigar o uso de AElS.**¹² Os componentes da capacidade de combate a AElS são divididos em duas categorias principais: componentes a montante, que se concentram nas atividades destinadas a impedir ou prevenir a ocorrência de eventos relacionados com AElS, e componentes a jusante, que estão associados à reação a um determinado evento envolvendo AElS ou à mitigação do mesmo.

3.4 O QUE É UM MODELO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE?

Os MMCs foram desenvolvidos inicialmente pelo Departamento de Defesa dos EUA para avaliar a capacidade das empresas contratadas de fornecer programas complexos de software.¹³ Um MMC pode

¹⁰ As munições militares que se enquadram na categoria de "munição prezada por organizações criminosas e terroristas" são particularmente vulneráveis ao desvio ilícito e à inclusão em AElS. Nos últimos anos, os grupos que terroristas têm procurado fazer uso extensivo de qualquer munição militar que contenha quantidades substanciais de alto explosivo; bombas de aeronaves, projéteis de artilharia, ogivas de mísseis e minas antitanque têm sido itens particularmente procurados para inclusão em cargas principais de AElS.

¹¹ OTAN, Doutrina Conjunta dos Aliados na Luta Anti-Artefactos Explosivos Improvisados , AJP-3.15(C), Fevereiro de 2018, p. 1-5.

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/686715/doctrine_nato_co_untering_ied_ajp_3_15.pdf

¹² Conforme observado na resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/71/72, de 2016, uma "abordagem envolvendo todo o governo" é essencial para uma ação abrangente de prevenção e mitigação do uso de AElS. O MMC Anti-AEI e a Ferramenta de Autoavaliação também incentivam uma abordagem envolvendo todo o governo para abordar de maneira abrangente a natureza transversal da ameaça dos AElS.

¹³ W.S. Humphrey, "Characterizing the Software Process: A Maturity Framework" (Descrivendo o processo de desenvolvimento de software: um quadro de maturidade), IEEE Software, vol. 5, no. 2, 1988, pp. 73-79.

ser considerado um conjunto de níveis estruturados que descrevem a capacidade e os comportamentos, as práticas e os processos de uma organização de produzirem os resultados necessários de forma confiável e sustentável. Um dos principais benefícios do emprego de um MMC é o fato de fornecer um parâmetro de comparação ou um conjunto de referências para servir de base de comparação. Um MMC também pode indicar lacunas de capacidade e áreas em que o aprimoramento do processo pode ser necessário.

Os MMCs fornecem um meio pelo qual as pessoas, os processos e a tecnologia podem ser avaliados qualitativamente, e a maioria baseia-se em um modelo de maturidade de cinco níveis; um exemplo típico é mostrado na Figura 2. Uma característica fundamental de todos os modelos de maturidade é que, à medida que a capacidade da organização aumenta, o nível de maturidade também evolui.

As principais mudanças entre cada nível do modelo de maturidade de cinco níveis são as seguintes:

- » **Inicial (1).** O processo é caracterizado como rudimentar e, ocasionalmente, até caótico. Poucos processos são definidos, e o sucesso depende do esforço individual.
- » **Em desenvolvimento (2).** Os processos básicos de gerenciamento são estabelecidos e a disciplina de processo necessária está em vigor para repetir sucessos anteriores em projetos com aplicações semelhantes.
- » **Definido (3).** O processo é documentado, padronizado e integrado aos processos comerciais gerais da organização.
- » **Gerido (4).** Medidas detalhadas da qualidade do processo e do produto são coletadas, e os produtos e processos são compreendidos e controlados quantitativamente.
- » **Otimizado (5).** O aprimoramento contínuo do processo é possibilitado pelo feedback quantitativo do processo e pela experimentação de ideias e tecnologias inovadoras.¹⁴

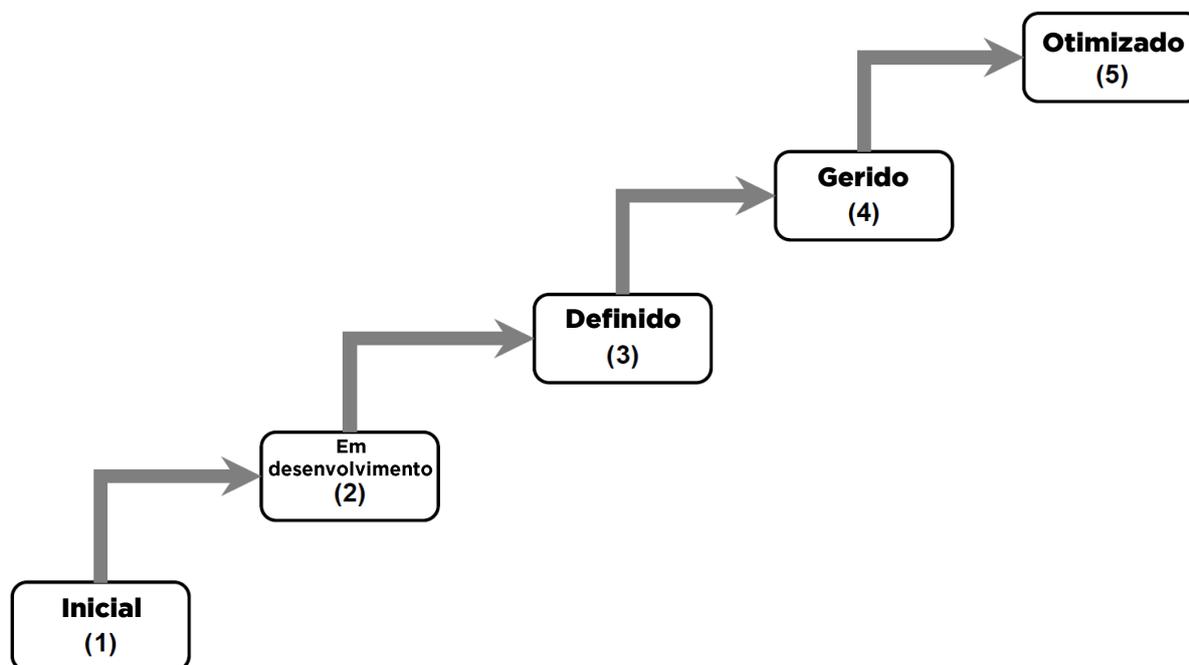


Figura 2. Um modelo de maturidade de capacidade de cinco níveis.¹⁴

¹⁴ M.C. Paulk et al., Capability Maturity Model for Software, (Modelo de Maturidade de Capacidade para Software) Versão 1.1, Instituto de Engenharia de Software, CMU/ SEI-93-TR-24, 1993.

3.5 POR QUE UTILIZAR UM MODELO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE?

Os MMCs foram amplamente adotados em muitas áreas, pois permitem enfrentar a dificuldade de obter melhorias consistentes em domínios complexos.

As principais vantagens do uso de MMCs são:

- » Fornecer um mecanismo comum e consistente para comparar organizações
- » Indicar lacunas críticas de capacidade e áreas que precisam ser abordadas para permitir o aprimoramento organizacional
- » Fornecer uma linguagem comum e um referencial para avaliar a maturidade e a evolução
- » Permitir que a experiência e as lições aprendidas por outros sejam aplicadas, reduzindo assim o tempo necessário para implementar melhorias



4 MODELO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI

4.1 CARACTERÍSTICAS DO MODELO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI

O MMC Anti-AEI baseia-se nos mesmos princípios fundamentais empregados em outros MMCs amplamente utilizados. O MMC Anti-AEI foi desenvolvido para apoiar a Ferramenta de Autoavaliação do UNIDIR e o resultado da ferramenta é uma indicação do nível atual de maturidade da capacidade Anti-AEI. **O desenvolvimento da capacidade Anti-AEI não é um processo puramente linear, e o modelo aqui representado é uma simplificação para fornecer métricas amplas para avaliação e comparação.**

O MMC Anti-AEI foi concebido para ser intuitivo, de simples utilização, e fornece uma avaliação qualitativa, e não quantitativa, do nível atual de maturidade da capacidade Anti-AEI. O objetivo não é atuar como um roteiro para aprimorar as capacidades nacionais Anti-AEIs, mas indicar as áreas em que é necessário concentrar esforços para atingir esse objetivo. Os principais recursos do MMC Anti-AEI são:

- » À medida que os níveis de maturidade da capacidade anti-AEI aumentam, as capacidades nacionais anti-AEI também evoluem.
- » O desenvolvimento dos níveis de maturidade da capacidade Anti-AEI exige grandes esforços e, sobretudo, leva tempo.

O tempo necessário para atingir a maturidade da capacidade Anti-AEI é importante, pois grupos terroristas podem adquirir e empregar AEIs em um período de tempo significativamente mais curto do que o necessário para que as ações do Estado ganhem em eficácia. Esse é o ciclo de institucionalização de AEI e Anti-AEI, que pode ser demonstrado através da experiência de vários países que enfrentaram esse desafio. O MMC Anti-AEI, portanto, é aplicável também a Estados que não enfrentam atualmente uma ameaça significativa em termos de AEI e que possam estar a questionar quais passos serão necessários para adquirir capacidades adequadas de combate caso essa ameaça surja no futuro.

4.2 NÍVEIS DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI

5 Os níveis indicados de maturidade de capacidade Anti-AEI são exibidos na Figura 3. (Esses níveis são denominados "**MC ANTI-AEI**" no modelo e na Ferramenta de Autoavaliação).

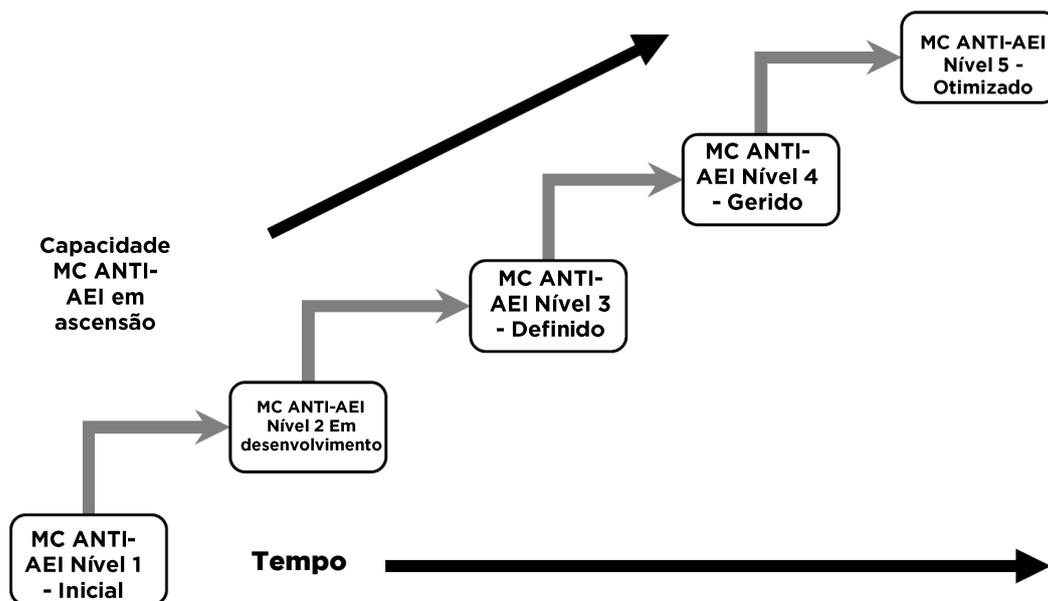


Figura 3. Níveis Indicados de Modelo de Maturidade de Capacidade.

» **MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial.** A abordagem de combate aos AEsI não está bem definida, e o processo de combate aos AEsI é conduzido por unidades de baixo escalão, que respondem com pouco ou nenhum equipamento ou formação e sem nenhuma conformidade com uma política definida a nível nacional. De modo geral, os Estados que se situam no nível 1 do MC Anti-AEI podem enquadrar-se em três categorias: aqueles que não enfrentam uma ameaça significativa de AEI, aqueles que não sabem que estão diante de uma ameaça de AEI devido à falta de compreensão e aqueles que apenas recentemente começaram a sentir o impacto dos AEsI sobre a sua população. Os Estados avaliados como Nível 1 que estão a enfrentar ameaças significativas de AEI geralmente precisam de apoio e assistência externos substanciais: os mais urgentes situam-se nas áreas de desenvolvimento de recursos humanos, formação, potencial de equipamentos, além de elaboração de políticas e estratégias.

» **MC Anti-AEI Nível 2 - Em desenvolvimento.** O Estado tem consciência de que enfrenta um problema em termos de utilização de AEsI, e uma estrutura legislativa e regulatória básica está em vigor, estabelecendo uma base jurídica para combatê-los. Nos níveis operacional e tático,¹⁵ as entidades envolvidas no combate e ações Anti-AEI ainda podem apresentar lacunas significativas de capacidade, e os meios técnicos e processuais para lidar com os AEsI recuperados são muitas vezes inexistentes. No Nível 2 do MC Anti-AEI, os Estados geralmente ainda precisam de apoio e assistência externos significativos, mas possuem certa consciência das suas próprias lacunas em termos de capacidade. Para as entidades externas, é importante enfatizar a necessidade de uma estratégia nacional holística de combate aos AEsI, não dependendo de soluções técnicas irrealistas. Pode ser necessário fornecer soluções técnicas específicas para reduzir o nível de desgaste à medida que a capacidade se desenvolve, mas os doadores devem entender que essa é apenas a primeira etapa do seu compromisso.

» **MC Anti-AEI Nível 3 - Definido.** É provável que o Estado tenha enfrentado uma ameaça substancial envolvendo AEsI durante um prazo prolongado e investido em uma campanha duradoura de combate a grupos terroristas que utilizam esses artefactos. O aparato de segurança do Estado pode ter sofrido baixas significativas. Consequentemente, duras lições sobre o combate contra AEsI foram aprendidas. No Nível 3 do MC Anti-AEI, geralmente há entidades competentes e eficazes envolvidas no combate aos AEsI, atuando no contexto de uma estrutura de políticas nacionais razoavelmente bem definidas.

¹⁵ No contexto de uma ameaça de AEI, também pode-se atuar a nível regional ou estadual, além das definições puramente militares de níveis operacional e tático do conflito.

Essas entidades podem articular a necessidade de adquirir recursos mais complexos de combate a AElS, tais como veículos protegidos, contramedidas eletrônicas (CMEs), equipamentos para combater o uso de AEICRs e outros equipamentos sofisticados para localizar e garantir a segurança em ações envolvendo AElS. Também é provável que, nesse nível, a polícia busque melhores recursos para preservar, recuperar e analisar provas forenses, embora seja improvável que possua a capacidade de analisar e utilizar processos forenses mais complexos. A abordagem do Estado provavelmente ainda está concentrada em medidas nacionais, e não regionais, no combate a AElS. Nesse nível de maturidade, os Estados geralmente são ávidos de assistência internacional e possuem bom entendimento das novas capacidades e auxílio necessários. Para os doadores, as medidas de assistência mais produtivas envolvem o fortalecimento de capacidades nacionais autônomas e duradouras com uma estratégia de saída definida.

» **MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido.** No Nível 4 do MC Anti-AEI, o Estado possui, em geral, uma excelente compreensão da natureza das ameaças atuais em termos de AEI, tendo implementado medidas comprovadas para enfrentá-las. Foram desenvolvidas políticas abrangentes e procedimentos operacionais técnicos que permitem a recolha e a análise de todas as evidências relevantes de cenas envolvendo o uso de AEI. O Estado também é capaz de montar operações proativas, conduzidas através de inteligência, contra grupos que desejam empregar AElS. Também pode haver um grau de cooperação transfronteiriça, regional ou internacional para lidar com ameaças transnacionais de AElS e auxiliar na interceptação de cadeias de suprimento.

» **MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado.** No Nível 5 do MC Anti-AEI, o Estado possui um aparato em pleno funcionamento capaz de lidar com todo o leque de ameaças em termos de AEI. A cooperação internacional é, na maioria das vezes, baseada em uma troca de informações mutuamente benéficas sobre AElS. Nesse nível de maturidade, o Estado pode tanto combater as ameaças atuais quanto prever e responder às ameaças emergentes, além de ser um cliente inteligente ao adquirir novos recursos anti-AEI.



5 FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI DO UNIDIR

5.1 ABORDAGENS PARA ENFRENTAR A PROLIFERAÇÃO DE AEIS

Uma compreensão abrangente do sistema de AEI¹⁶ é um pré-requisito para desenvolver e avaliar a eficácia das medidas de anti-proliferação do mesmo. Uma possível abordagem consiste em considerar os eventos envolvendo AEIs como parte de um sistema mais amplo: para que um ataque de AEI seja executado, várias atividades interligadas também precisam ocorrer. Uma abordagem genérica que descreve a reação de um Estado a uma ocorrência envolvendo AEIs é ilustrada através da **Figura 4**.

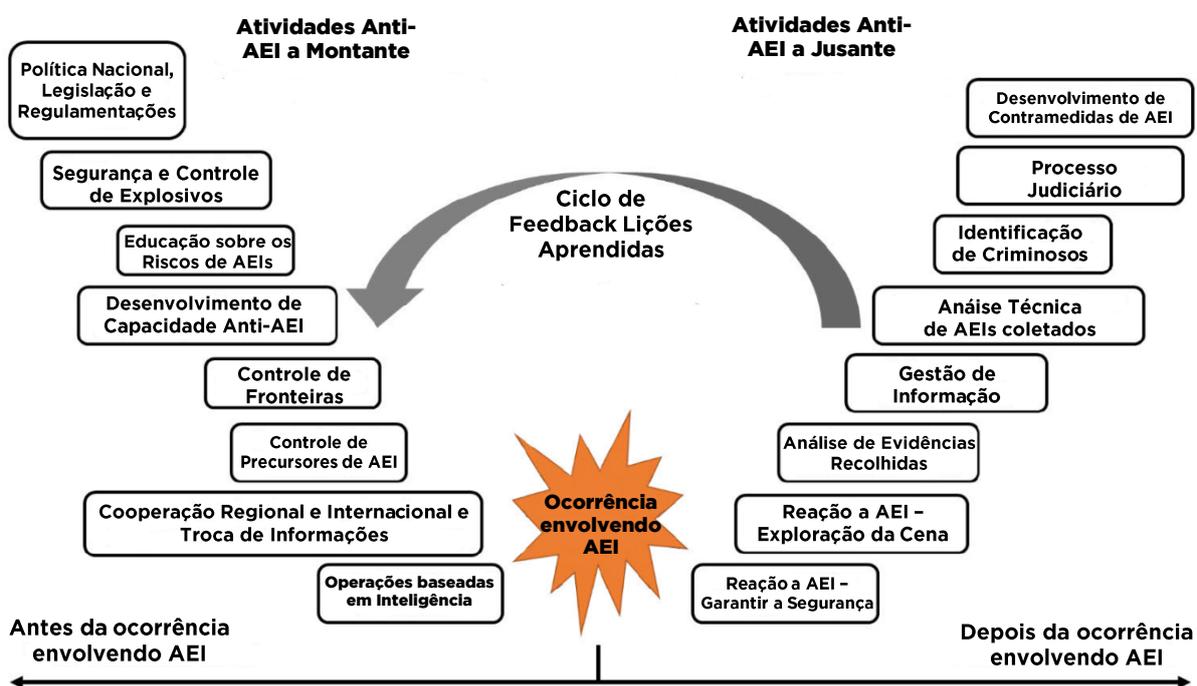


Gráfico 4. Componentes a Montante e a Jusante da Capacidade Anti-AEI

5.2 MEDIDAS ANTI-PROLIFERAÇÃO DE AEI A MONTANTE

5.2.1 Política Nacional, Legislação e Regulamentações

A segurança é o desejo universal e fundamental da maioria das pessoas. Esta inclui a segurança pessoal (para si mesmo, para a família e para o sustento) e a ausência do medo, juntamente com a estabilidade do Estado e a boa governança. Sem dúvida, é a principal responsabilidade do governo e deve fazer parte da estratégia do mesmo para fomentar o desenvolvimento econômico e social e garantir o bem-estar dos seus cidadãos, sobretudo os mais pobres e vulneráveis. Os AEIs são armas que ameaçam a segurança pessoal, instilam o medo, desestabilizam, afetam as metas de desenvolvimento sustentável, dificultam o comércio, obstruem a resposta humanitária e prosperam em um contexto de governança deficiente.

¹⁶ O termo "sistema de AEI" é utilizado no seu contexto mais amplo. Os grupos terroristas que empregam AEIs possuem características próprias e nuances específicas. Os grupos terroristas transnacionais, como Da'esh/ISIL, possuem abordagens muito diferentes em termos de AEI em comparação com os criminosos que as utilizam para proteger ou sustentar a produção e a distribuição de narcóticos.

Para garantir abordagens nacionais bem-sucedidas de combate aos AEIs é necessário desenvolver uma política abrangente, envolvendo "todo o governo", para prevenir e mitigar os efeitos desses artefactos. Uma estratégia eficaz de combate aos AEIs geralmente requer uma abordagem coordenada e intergovernamental, e, idealmente, liderada por um único ministério ou departamento governamental com recursos e poderes adequados.

A governança eficaz do setor de segurança e a conformidade com o estado de direito são fundamentais para uma estratégia bem-sucedida Anti-AEI. É essencial que a legislação nacional proíba todas as atividades associadas ao desenvolvimento, aquisição de componentes, fabricação e utilização de AEIs. Esse componente a montante da capacidade Anti-AEI é o espelho natural do componente a jusante, o "processo judicial". A legislação e as regulamentações nacionais também devem abranger o uso legal de explosivos (e precursores de explosivos), e devem incluir:

- » A aquisição legal, o controle, o transporte, o armazenamento e o uso final de explosivos por entidades civis (por exemplo, indústrias associadas a mineração, pedreiras, exploração e extração de petróleo e gás, engenharia civil e demolição)
- » A aquisição, o armazenamento e o uso de munição e explosivos pelas forças armadas e pelas forças de aplicação da lei
- » O armazenamento e o transporte de explosivos

Os regimes regulatórios mais eficazes são introduzidos com a cooperação e o apoio do comércio e do governo. Nos países em que quantidades consideráveis de explosivos comerciais são usadas nas indústrias extrativas é importante dar a devida atenção à segurança e ao controle desde o ponto de fabricação ou importação até o ponto de uso final. Também é essencial que a legislação e as regulamentações apropriadas contem com um regime eficaz de fiscalização ou garantia.

5.2.2 Segurança e controle de explosivos

O desvio de explosivos mantidos legalmente é uma fonte de abastecimento comum para criminosos e grupos terroristas. O Estado deve garantir que todas as existências legítimas de explosivos manufaturados não cheguem às mãos desses grupos, e o seguinte deve ser considerado:

- » Segurança e controle eficazes das existências de munição e explosivos do Estado¹⁷
- » Segurança e controle eficazes de explosivos mantidos por entidades civis autorizadas
- » Proteção ou remoção de material bélico não deflagrado (MND) em campos militares e antigas zonas de conflito, bem como de minas em campos minados remanescentes¹⁸

5.2.3 Educação sobre riscos de AEI

A educação sobre riscos é um dos cinco pilares da ação anti-minas e está relacionada com todas as atividades que visam reduzir o risco de ferimentos causados por minas e outros MNDs, aumentando a sensibilização e promovendo a mudança de comportamento através de campanhas de informação

¹⁷ Esse assunto enquadra-se no título genérico de segurança física e gestão de existências. Para obter mais informações práticas, consulte UNIDIR, Utilizing the International Ammunition Technical Guidelines in Conflict-Affected and Low-Capacity Environments (Utilização das Diretrizes Técnicas de Munição Internacionais em Situação de Conflito – Meios Afetados e de Baixa Capacidade, 2019).

¹⁸ Na Somália, explosivos militares como o TNT foram retirados de MNDs e incorporados como carga principal em AEIs e AEICRs acionados por vítimas ou como reforço em AEIs transportados por veículo com carga explosiva principal caseira de alto rendimento.

pública, educação e treino, além da interação com as comunidades.

O aumento significativo de vítimas decorrente da utilização de AElS reforça a necessidade de uma educação eficaz sobre o risco relativo aos mesmos. Além disso, o uso indiscriminado e crescente de AElS detonados por vítimas e de AElS suicidas levou a um aumento considerável de vítimas civis ao longo do tempo.

Profissionais de segurança do Estado que não estejam diretamente envolvidos na remoção ou na exploração de cenas de AElS também devem ser sensibilizados sobre os riscos. Outros funcionários do setor, como a polícia civil, os bombeiros, os serviços de resgate e os serviços médicos, também podem ser alvo de AElS. Assim, devem receber educação e treino adequados para que sejam capazes de identificar, evitar e relatar suspeitas de AElS.

5.2.4 Desenvolvimento de Capacidade Anti-AEI

As medidas nacionais Anti-AElS abrangem toda a gama de recursos necessários para que o Estado possa combater efetivamente o uso dos mesmos, incluindo:

- » A compreensão do ambiente de segurança e da estrutura legal em que operam todos aqueles que têm a capacidade de implementar uma estratégia Anti-AEI
- » O desenvolvimento de uma estratégia nacional Anti-AEI que defina como combatê-lo no contexto das estruturas governamentais existentes ou propostas¹⁹
- » O estabelecimento de equipes militares ou policiais devidamente treinadas e equipadas para eliminação ou destruição de AElS (NAEI)²⁰ para garantir a neutralização dos AElS coletados e a segurança da exploração forense pelos órgãos de aplicação da lei
- » Implementar ações de sensibilização e formação adequados sobre AElS para as forças policiais e militares que possam vir a operar em um ambiente de ameaça
- » Desenvolvimento de capacidades nacionais adequadas ou acordos bilaterais com parceiros internacionais para lidar com a exploração e a análise forense de incidentes com AElS e do material recolhido
- » Controle efetivo das fronteiras e monitorização da importação de precursores relacionados com AElS
- » Sensibilização da população civil sobre AElS
- » Análise prospectiva e desenvolvimento de ações oportunas diante das ameaças futuras previstas envolvendo AElS

5.2.5 Controle fronteira

Controles eficazes de fronteiras tem um papel fundamental a desempenhar no combate à proliferação de AElS. Essas fronteiras podem ser litorâneas²¹ ou interestaduais.²² O Global Shield²³ é um bom

¹⁹ Muitas vezes, uma abordagem envolvendo todo o governo é promovida no contexto de desenvolvimento de uma estratégia nacional eficaz de combate aos AElS. É necessário, no mínimo, um grau de cooperação entre os Ministérios ou Departamentos do Interior, Defesa, Justiça, Alfândega e os órgãos de inteligência do Estado para que os recursos nacionais possam ser mobilizados e utilizados de forma eficaz e coordenada.

²⁰ "Eliminação de AEI" e "Destruição de AEI" são termos frequentemente usados e podem ser considerados sinónimos.

²¹ Litoral, nesse contexto, refere-se a uma fronteira marítima

²² O Iêmen é um exemplo de Estado que enfrenta uma ameaça marítima de AEI, bem como terrestre.

²³ O Global Shield é uma iniciativa conjunta entre a Organização Mundial das Alfândegas (OMA), a INTERPOL e o Escritório

exemplo de um programa internacional bem-sucedido. Os objetivos²⁴ do programa Global Shield são:

- » Promover a cooperação entre as administrações alfandegárias e policiais no combate ao desvio ilícito de materiais utilizados na fabricação de AEIs
- » Aumentar a sensibilização global sobre a crescente ameaça representada por precursores químicos e outros materiais de utilização dupla que podem ser utilizados na fabricação de AEIs
- » Envolver participantes do setor privado na criação de programas de melhores práticas para evitar o desvio ilícito de precursores químicos e outros materiais de utilização dupla que podem ser utilizados na fabricação de AEIs (isso também é relevante para o controle interno de precursores de AEIs)
- » Treinar os funcionários da alfândega para a detecção e o manuseio de materiais de AEI
- » Treinar instrutores em todas as partes do mundo para que possam ministrar formações nacionais ou regionais
- » Identificar e apreender remessas ilícitas de materiais de AEI e comunicar essas apreensões a outros participantes do programa e organizações parceiras através de uma plataforma de comunicação segura
- » Iniciar investigações e outras atividades de fiscalização referentes a remessas ilícitas (investigações de rastreamento)
- » Identificar e compartilhar as melhores práticas para combater o desvio ilícito e o tráfico de materiais de AEI
- » Monitorizar e rastrear remessas legítimas de materiais de AEI para identificar padrões, diversidade e extensão do comércio internacional ilícito
- » Através de um direcionamento baseado em riscos, facilitar o comércio legítimo de precursores químicos e outros materiais de utilização dupla que podem ser utilizados na fabricação de AEIs

O apoio à iniciativa Global Shield também foi expressado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que reconhece o papel preponderante da iniciativa na prevenção do contrabando e do desvio ilícito de precursores químicos que podem ser utilizados na fabricação de AEIs.²⁵

Em ambientes de baixa capacidade e afetados por conflitos, muitos dos materiais empregados na fabricação de AEIs são importados.²⁶ Nessas circunstâncias, controles de fronteira eficazes e o rastreamento e monitorização transnacionais proativos de precursores de AEIs podem contribuir na identificação dos envolvidos no fornecimento ilícito de componentes de AEIs e precursores de explosivos.

das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Foi iniciado em novembro de 2010 e é apoiado como um programa contínuo pela OMA.

24 OMA, "Improvised Explosive Devices (IEDs) Programme Global Shield" (Programa Global Shield de luta contra Artefactos Explosivos Improvisados), www.wcoomd.org/en/topics/enforcement-and-compliance/activities-and-programmes/security-programme/programme-global-shield.aspx.

25 Assembleia Geral, Countering the Threat Posed by Improvised Explosive Devices (Combatendo a ameaça representada por artefactos explosivos improvisados), documento da ONU A/ RES/72/36, 4 de dezembro de 2017. Baseado em: Assembleia Geral, Desarmamento Completo e Geral: Relatório do Primeiro Comitê, documento da ONU A/72/409, 13 de novembro de 2017.

26 Muitos Estados não possuem infraestrutura industrial doméstica; portanto, a imposição de controles eficazes nas fronteiras pode inibir a capacidade de grupos terroristas de adquirir os precursores mais comuns utilizados na fabricação de AEIs.

5.2.6 Controle de precursores de AEI

Os precursores de explosivos são substâncias químicas que podem ser utilizadas para fins legítimos, mas também, de maneira indevida, na fabricação de explosivos caseiros. Um dos problemas enfrentados por todos os Estados é a natureza de utilização dupla da maioria dos precursores usados na fabricação de AEIs. Em Estados onde existem controles eficazes de explosivos militares e civis, os grupos que desejam fabricar AEIs buscam desenvolver explosivos caseiros. Os explosivos caseiros enquadram-se em duas grandes categorias: compostos explosivos, que são sintetizados, e composições explosivas, que consistem em uma mistura mecânica de um combustível e um oxidante. Controles eficazes de precursores de explosivos podem reduzir significativamente a facilidade com que compostos e misturas de explosivos caseiros podem ser fabricados.

Os controles internacionais sobre precursores de explosivos variam de Estado para Estado. A abordagem adotada pela União Europeia (UE) consiste em categorizar determinados produtos químicos. Ou seja, os "precursores de explosivos restritos" são geralmente inacessíveis para o público geral e a sua aquisição está sujeita a controle e, possivelmente, licenciamento. No que se refere aos "precursores de explosivos declaráveis", a ênfase é colocada nos vendedores on-line e off-line, bem como nos mercados on-line, para que notifiquem transações suspeitas. Os precursores de explosivos restritos da UE, conforme listados no seu novo regulamento, são exibidos na **Tabela 1**, e os precursores declaráveis da UE na **Tabela 2**.

TABELA 1. PRECURSORES DE EXPLOSIVOS RESTRITOS NA UE ²⁷		
Precursor químico	Valor limite	Valor limite superior para fins de licenciamento
Precursores explosivos restritos na UE		
Ácido nítrico	3% p/p	10% p/p
Peróxido de hidrogênio	12% p/p	35% p/p
Ácido sulfúrico	15% p/p	40% p/p
Nitrometano	16% w/w	40% p/p
Nitrato de amônio	16% p/p de nitrogênio em relação ao nitrato de amônio	
Clorato de potássio	40% p/p	
Perclorato de potássio	40% p/p	
Clorato de sódio	40% p/p	
Perclorato de sódio	40% p/p	

TABELA 2. PRECURSORES DE EXPLOSIVOS DECLARÁVEIS NA UE
Precursor químico
Precursores explosivos declaráveis na UE
Hexamina
Acetona
Nitrato de potássio

²⁷ O Projeto Watchmaker é uma plataforma global e neutra que auxilia agências especializadas dos seus países-membros na troca de informações de inteligência para combater a ameaça de ataques com AEI. O projeto também busca aprimorar as capacidades de prevenção, preparação, resposta e recuperação relacionadas a AEI.

Nitrato de sódio
Nitrato de cálcio
Nitrato de cálcio e amónio
Pós de magnésio
Nitrato de magnésio hexahidratado
Pós de alumínio

5.2.7 Cooperação regional e internacional e troca de informações

Devido à extensão e à porosidade de muitas fronteiras internacionais, é improvável que uma abordagem puramente nacional de controle de precursores de explosivos e componentes de AEIs seja bem-sucedida. A cooperação internacional na área de aplicação da lei é particularmente importante para lidar com a natureza transnacional das cadeias de suprimentos e ameaças de AEIs. O Projeto Watchmaker da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) é um exemplo dessas iniciativas.

O Projeto Watchmaker desenvolveu um modelo de base regional alinhado com as ameaças atuais de AEI, elaborado a partir de dados de incidentes reais. No cerne da iniciativa do Projeto Watchmaker está um banco de dados que inclui informações sobre pessoas conhecidas e suspeitas envolvidas na aquisição, fabricação ou utilização de AEIs. Esse banco de dados permite que a INTERPOL auxilie as agências de aplicação da lei no processo de detecção do movimento e operação transnacional de fabricantes e facilitadores de AEIs. A INTERPOL utiliza uma série de notificações codificadas por cores para comunicar informações relacionadas com AEIs aos seus membros.

Outras iniciativas internacionais relevantes incluem os 11 Escritórios Regionais de Inteligência da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), que facilitam o intercâmbio de inteligência em todas as seis regiões em que atua. A OMA utiliza a Customs Enforcement Network (Rede de Reforço Alfandegário), concebida para auxiliar os agentes de fiscalização alfandegária na recolha de dados e informações para fins de inteligência.²⁸

5.2.8 Operações de inteligência

As operações de inteligência anti-AEI são parte essencial da resposta de um Estado à utilização de AEIs por criminosos e grupos que cometem atos de terrorismo. Uma infinidade de informações úteis pode ser obtida com a exploração forense de componentes recuperados em incidentes envolvendo AEIs. Operações preventivas cuidadosamente planejadas e executadas podem interromper as ações de redes de AEIs e impedir que os envolvidos na aquisição de precursores e na fabricação e fornecimento de AEIs realizem operações bem-sucedidas. As operações de inteligência podem assumir várias formas e incluir:

- » Identificação e destruição de cadeias de suprimento de precursores de AEI, muitas vezes através de cooperação com parceiros internacionais
- » Identificação e indiciamento de indivíduos envolvidos na utilização de AEIs
- » Iniciativas de combate à radicalização com o objetivo de reduzir o recrutamento para organizações que utilizam AEIs
- » Medidas para reduzir a disponibilidade de conhecimento técnico relacionado à fabricação e ao uso

²⁸ OMA, "Customs Enforcement Network (CEN)", www.wcoomd.org/en/topics/enforcement-and-compliance/instruments-and-tools/cen-suite/cen.aspx.

tático de AEIs²⁹

A análise eficaz e a exploração técnica de AEIs são fundamentais para o desenvolvimento de futuras contramedidas e para determinar se são necessárias mudanças nas táticas, técnicas e procedimentos das próprias forças de segurança nacionais para lidar com os desenvolvimentos atuais ou previstos em termos da utilização de AEIs por parte de organizações criminosas ou grupos que cometem atos de terrorismo.

5.3 MEDIDAS ANTI-PROLIFERAÇÃO DE AEI A JUSANTE

5.3.1 Reação a AEI – Garantir a segurança

A capacidade de neutralizar AEIs e de lidar de forma segura com um conjunto de componentes de AEIs é uma capacidade de resposta fundamental para todos os Estados que enfrentam essa ameaça. Nos estágios iniciais de uma campanha Anti-AEI, não é incomum ver essa função ser desempenhada por militares que receberam formação apenas em descarte de munições convencionais.

Os AEIs variam significativamente na sua complexidade e concepção, e não há padrões de fabricação, embora criminosos possam conceber artefactos com características exclusivas. A tecnologia de AEIs é amplamente disseminada através da movimentação de indivíduos entre países onde a utilização de AEIs é predominante, bem como pela disseminação de informações na Internet. Geralmente, a concepção depende da imaginação e da capacidade técnica do fabricante da bomba.

A resposta imediata diante da utilização de um AEI é normalmente conduzida por uma equipe de neutralização de material explosivo (NME) ou NAEI. Os principais objetivos dessa equipe são:³⁰

- » Salvar vidas
- » Preservar propriedades
- » Remover a ameaça
- » Registrar e recuperar componentes de AEIs para facilitar o desenvolvimento técnico de contramedidas e auxiliar a identificação de fabricantes e facilitadores de AEIs
- » Garantir que a situação volte ao normal ou restaurar a liberdade de manobra das unidades militares e das forças de segurança o mais rápido possível
- » Impedir que grupos usem AEIs através de operações de NAEI eficientes e eficazes

Um recurso importante relacionado com a segurança nesse contexto é a busca de AEIs. Isso envolve a localização de materiais relacionados, como cargas principais, detonadores, fontes de energia, chaves de disparo e contêineres.

Um dos fatores que devem ser considerados na avaliação da maturidade da capacidade de reação a AEIs de um Estado é a sua capacidade de sustentar logisticamente o equipamento especializado necessário para realizar atividades de segurança. Muitas vezes, especialmente em ambientes de baixa capacidade e afetados por conflitos, não se dá atenção suficiente aos desafios envolvidos na emissão,

²⁹ Na prática, isso é quase impossível de ser alcançado, mas a legislação que proíbe a posse de conhecimento técnico relacionado com AEIs, como a fabricação de explosivos caseiros, tem-se mostrado eficaz no julgamento de fabricantes.

³⁰ Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, "EOD Philosophy and Principles" (Filosofia e Princípios de NME, Manual de Unidade de NME de Missões Militares de Manutenção da Paz da ONU, 2017, Seção 1.4, p. 13.

manutenção e aquisição de peças sobressalentes e ao gerenciamento do ciclo de vida de materiais de consumo essenciais. Equipamentos altamente especializados de combate a AElS geralmente são comprados de fabricantes preferenciais, com pouca atenção dada à sustentabilidade de longo prazo dessa capacidade. Isso faz com que os Estados tenham equipamentos de difícil manutenção, e as baixas taxas de operacionalidade resultantes significam que não terão disponibilidade para apoiar as operações anti-AElS de acordo com os níveis exigidos pelos usuários finais.

5.3.2 Reação a AEl - Exploração da cena

A exploração da cena abrange todas as atividades conduzidas em um incidente envolvendo AElS após o artefacto ter sido neutralizado. Engloba as atividades necessárias para preservar a cena e facilitar a recolha de provas forenses. A evidência forense consiste na evidência física relacionada com um incidente, podendo ser utilizada na investigação científica de delitos criminais ou civis. Essas provas podem ser usadas posteriormente em processos criminais para obter condenações diante de um tribunal. Também podem ser utilizadas para vincular grupos ou indivíduos a AElS e auxiliar na estratégia Anti-AEl, como parte de uma abordagem nacional mais abrangente.

A recolha de provas forenses é um aspecto vital das operações anti-AEl. A qualidade das evidências recolhidas em incidentes e cenas será ditada pelo treino e pelo nível de sensibilização forense daqueles que conduzem o processo de neutralização de AElS. A recolha, a apresentação e o envio corretos dessas evidências também são cruciais para o futuro processo judicial dos criminosos.

A exploração de cenas de AEl, incluindo aquelas em que houve detonação, é conduzida para auxiliar:

- » **Recolha de evidências:** as cenas de AElS resultam em evidências físicas, incluindo partes do próprio AEl ou resíduos de explosivos a partir dos quais é possível fazer uma avaliação do tipo de explosivo empregado pelo fabricante.
- » **Determinar a causa de uma explosão:** a identificação do tipo de explosivo usado pode ajudar no desenvolvimento de estratégias de combate a AElS. Por exemplo, o AEl consistia em um explosivo militar ou de fabricação caseira?
- » **Estimar o tipo e o tamanho da carga explosiva:** uma estimativa do tamanho e do tipo da carga principal do AEl é de extrema importância para auxiliar no desenvolvimento de contramedidas técnicas, proteção blindada e outras medidas de proteção física.
- » **Avaliar o método de funcionamento do AEl:** essas avaliações podem fornecer informações sobre a fabricação do AEl e o seu método de funcionamento.³¹

5.3.3 Análise de evidências recolhidas

Uma análise forense minuciosa do material recuperado é fundamental para determinar como foi concebido o funcionamento do AEl. **Os componentes explosivos fabricados, como cargas principais e detonadores, podem ser identificados através das indicações do fabricante.** No caso de componentes eletrônicos, especialmente em circuitos integrados e microprocessadores, a identificação e os lotes podem indicar onde e quando o item foi fabricado. A identificação correta dos componentes do AEl representa a primeira etapa de identificação da cadeia de suprimentos do mesmo.

³¹ Também é necessário levar em consideração os meios utilizados para transportar o AEl até ao seu destino. A análise dos carros e veículos aéreos não tripulados usados em alguns incidentes com AElS pode gerar evidências e informações consideráveis.

5.3.4 Gestão de informações

A gestão de informações (GI) é o processo de recolha, organização, armazenamento e fornecimento de informações dentro de uma organização. Há semelhanças marcantes entre a GI e o ciclo de inteligência, que consiste em direção, recolha, processamento, análise e disseminação.

Os seguintes tipos de informações recolhidas sustentam uma abordagem eficaz de combate aos AEIs:

- » Relatórios e fotografias produzidos pelos indivíduos envolvidos na neutralização do AEI
- » Relatórios de análise forense sobre provas físicas recolhidas em incidentes envolvendo AEIs
- » Evidências forenses e relatórios de entrevistas de policiais com as pessoas presas e posteriormente processadas por crimes relacionados com AEIs
- » Relatórios de inteligência de todas as fontes³² referentes a incidentes com AEIs ou a pessoas suspeitas de envolvimento em crimes relacionados com AEIs
- » Relatórios referentes à análise de táticas, técnicas e procedimentos de grupos que cometem atos de terrorismo envolvendo AEIs

5.3.5 Exploração técnica de AEIs coletados

A exploração técnica de AEIs coletados tem como principal objetivo entender as intenções dos indivíduos que os fabricaram e utilizaram. A exploração técnica completa do AEI pode permitir que um Estado:

- » Identifique a fonte de suprimento de componentes específicos de AEIs
- » Relacione incidentes por meio da avaliação técnica de características específicas de fabricantes de AEIs e outros atributos
- » Contribua para o desenvolvimento de contramedidas
- » Aprimore o treino futuro das equipes de NAEI e de outros membros das forças de segurança

5.3.6 Identificação de criminosos

Indivíduos envolvidos na fabricação, fornecimento e utilização de AEIs podem ser identificados através de princípios sólidos de investigação policial baseados em uma exploração forense válida de componentes de AEIs recuperados. Os criminosos podem ser identificados a partir de:

- » Evidências biométricas (impressões digitais e DNA) recuperadas em componentes de AEI
- » Vínculos com a aquisição de lotes específicos de componentes de AEI (ou seja, vínculos dos criminosos com transações associadas à aquisição de material de AEI)
- » Elementos físicos de evidências forenses visíveis e invisíveis recolhidas em cenas de incidentes com AEI (por exemplo, fibras, marcas de ferramentas e abrasões, e resíduos de explosivos)

³² Incluindo inteligência humana, inteligência de sinais e inteligência de código-fonte aberto.

» Provas recuperadas, que também podem ser utilizadas para corroborar o depoimento de outras testemunhas. Esse elemento é particularmente importante em alguns sistemas judiciais

5.3.7 Processo judicial

Todos os incidentes envolvendo AEIs são cenas de crime, e é essencial que as provas forenses sejam recolhidas e geridas em conformidade com a legislação em vigor. É preferível que as evidências forenses em cenas de AEI sejam recolhidas por equipes forenses da polícia treinadas e autorizadas. Não obstante, em muitas situações isso não é possível, e outros indivíduos podem ser levados a recolher evidências em nome das autoridades judiciais. Em todas as circunstâncias, a integridade da cadeia de custódia forense deve ser mantida para que o material recuperado possa ser utilizado no processo judicial dos criminosos. A maioria dos Estados não exige medidas legislativas ou regulatórias especiais para lidar com AEIs, pois a aplicação dos procedimentos utilizados em outros crimes graves é suficiente. Entretanto, geralmente é necessário desenvolver técnicas e procedimentos especializados para a preservação, recolha e análise de material relacionado com AEIs.

5.3.8 Desenvolvimento de contramedidas de AEIs

A recuperação de componentes de AEIs é essencial para compreender os efeitos destrutivos desses artefactos contra estruturas e veículos. A recuperação de componentes de AEICRs é crucial para aprimorar o desenvolvimento de sistemas de CME.



6 UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO DE MATURIDADE DE CAPACIDADE ANTI-AEI DO UNIDIR

6.1 INTRODUÇÃO À UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE AUTOAVALIAÇÃO ANTI-AEI

A ferramenta de autoavaliação Anti-AEI baseia-se no MMC ANTI-AEI e foi concebida para fornecer uma avaliação qualitativa do nível atual de maturidade Anti-AEI. A ferramenta de autoavaliação avalia uma ampla gama de componentes da capacidade Anti-AEI, organizados em medidas anti-AEI a montante e a jusante. **A premissa geral do modelo é que, quanto maior a maturidade e a eficácia das medidas a montante, menos medidas a jusante são necessárias para combater a utilização de AEIs.**

6.2 UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE VISUALIZAÇÃO DE DADOS

Uma ferramenta de visualização de dados com funções simples de inserção e visualização de dados foi desenvolvida em uma planilha do Microsoft Excel habilitada para macros com o intuito de facilitar os esforços de avaliação. A planilha conta com uma série de abas para a inserção de dados: cada uma corresponde a um componente de capacidade Anti-AEI. As abas de resumo são usadas para facilitar a exibição de resultados consolidados em formatos de tabela e gráfico. Essa ferramenta de visualização de dados, adaptada para a realização de autoavaliações, pode ser acedida através deste hiperlink: [Link de Acesso à Visualização de Dados.](#)³³

6.2.1 Inserção de dados na Ferramenta de Visualização de Dados

Para facilitar a autoavaliação, cada um dos componentes identificados de capacidade Anti-AEI corresponde a uma aba separada da planilha. Os componentes a montante são de cor verde; os componentes a jusante são de cor castanha. Cada aba destaca as questões a serem consideradas no processo de avaliação, e é fornecida orientação sobre como o nível de maturidade específico da capacidade Anti-AEI deve ser avaliado para cada componente específico. Cada aba também contém caixas de texto livre: dessa forma, os usuários podem inserir as principais conclusões e dados de apoio. Na parte superior de cada aba, o usuário pode selecionar um "botão de rádio" do nível de maturidade avaliado para um componente específico da capacidade Anti-AEI (somente uma opção pode ser selecionada). Um exemplo de uma das telas de inserção de dados com abas da ferramenta de visualização de dados é exibido na **Figura 5**.

**Medidas Anti-AEI a montante - Política, legislação e regulamentação nacionais**

Nível de Maturidade Anti-AEI

- Maturidade Anti-AEI Nível 1 – Inicial
- Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento
- Anti-AEI Nível 3 – Definido
- Anti-AEI Nível 4 – Gerido
- Anti-AEI Nível 5 - Otimizado

Nível de maturidade Anti-AEI avaliado: 1**Principais Comentários do Avaliador - Segurança e Controle de Explosivos:****Introdução**

Este componente da capacidade de combate a AEIs abrange os mais altos níveis de formulação de políticas governamentais e determina se o Estado possui um quadro político, legislativo e regulatório adequado para enfrentar o uso de AEIs.

A maioria dos Estados conta com legislação penal pertinente que pode ser aplicada ao uso criminoso de artefatos explosivos em casos de homicídio e tentativa de homicídio. É importante que exista uma legislação apropriada que aborde tanto a posse ilegal de precursores de AEIs quanto a intenção de utilizar AEIs para fins criminosos ou terroristas.

Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade de capacidade Anti-AEI de um Estado, no que diz respeito à legislação e regulamentação nacional vigentes:

1. Existe uma política ou estratégia nacional de combate a AEIs? Ela contempla uma abordagem eficaz de governo como um todo para lidar com o problema dos AEIs?
2. Em que medida existe legislação em vigor que proíba a aquisição de componentes de AEIs, bem como a fabricação e o uso desses artefatos?
3. Existe uma legislação robusta e abrangente que regulamente a aquisição, o armazenamento, o transporte e o uso legais de explosivos e itens relacionados? Essa legislação pode abranger:
 - Fabricação de explosivos e itens relacionados
 - Medidas de controle de existências (stocks)
 - Controle (incluindo aquisição, armazenamento e uso) de precursores de AEIs
 - Todos os usos lícitos de explosivos, como engenharia civil (construção e demolição), mineração, extração de pedras, levantamento sísmico e exploração e produção de petróleo e gás
4. As regulamentações estatais que regem o controle, o armazenamento e o uso de explosivos e munições são suficientes para prevenir o desvio ilícito de material?
5. As forças de segurança dispõem de medidas adequadas para proteger munições atrativas para organizações criminosas e terroristas (ACTO)?
6. Há evidências, nos últimos cinco anos, de munições serem desviadas de existências (stocks) estatais por grupos que cometem atos de terrorismo? A tendência é de aumento ou de diminuição?

Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 – Inicial possui as seguintes características:

Não existe legislação específica em vigor que trate da posse não autorizada de explosivos ou do uso de explosivos para fins criminosos.

Não há controles legislativos ou regulatórios eficazes para reger o uso civil e a aquisição de explosivos.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

Existe alguma legislação e regulamentação, mas elas não são, em geral, aplicadas.

Há uma estratégia nacional de combate a AEIs ainda inicial, mas há preocupações quanto ao apoio de alguns órgãos governamentais.

MC Anti-AEI Nível 3 – Definido possui as seguintes características:

Existe uma estratégia nacional de combate a AEIs definida, e há um único ministério ou órgão responsável por coordenar uma abordagem eficaz de governo como um todo para enfrentar o problema dos AEIs.

Há legislação e regulamentações em vigor, e uma organização com recursos adequada para assegurar e fazer cumprir essas normas. Um sistema judicial eficaz opera no Estado, e grupos acusados de crimes relacionados a AEIs podem ser processados com base na legislação pertinente.

Existem regulamentações relevantes em vigor relativas ao controle e uso de precursores de AEIs, especialmente materiais de uso dual que podem ser utilizados na fabricação de explosivos caseiros.

MC Anti-AEI Nível 4 – Gerido possui as seguintes características:

Figura 5. Ferramenta de Visualização de Dados – Inserção de Dados.

6.2.2 Exibição de resultados na Ferramenta de Visualização de Dados

Duas abas de resumo separadas (uma para os componentes a montante e outra para os componentes a jusante da capacidade anti-AEI), ambas em vermelho, exibem os resultados consolidados. Essas abas de resumo usam um gráfico do tipo radar para fornecer uma representação gráfica dos níveis de maturidade a montante e a jusante Anti-AEI e uma tabela com um resumo dos níveis individuais de maturidade da capacidade para cada componente Anti-AEI. Uma pontuação média calculada da maturidade geral da capacidade também é fornecida para cada componente a montante e a jusante. Um exemplo dos resultados decorrentes da ferramenta de visualização de dados é mostrado na **Figura 6**.

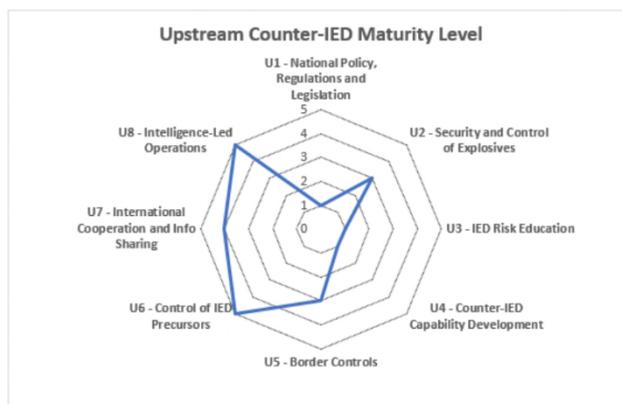


UNIDIR

Maturidade de Capacidade Anti-AEI Ferramenta de Autoavaliação

Medidas Anti-AEI a montante - Política, legislação e regulamentação nacionais

Componente de Capacidade Anti-AEI	Nível de MMC
U1 - Política, legislação e regulamentação nacionais	1
U2 - Segurança e controle de explosivos	1
U3 – Educação sobre riscos de AEI	1
U4 – Desenvolvimento de capacidade Anti-AEI	1
U5 – Controles fronteiriços	1
U6 - Controle de precursores de AEI	1
U7 – Cooperação internacional e troca de informações	1
U8 – Operações de inteligência	1
Nível médio de Maturidade Anti-AEI a montante	1



Data: 1-Jul-20
 Descrição da Avaliação: País X
 Avaliador(s): Autor A

Figura 6. Ferramenta de visualização de dados - Exibição de resultados.

6.3 AVALIAÇÃO DA MATURIDADE ANTI-AEI A MONTANTE

A **tabela 3** mostra os principais componentes a montante do MMC Anti-AEI.

TABELA 3. RESUMO DAS ATIVIDADES ANTI-AEI A MONTANTE		
Número	Medida	Comentário
1	Política, legislação e regulamentação nacionais	Relativo a AEIs e controle de explosivos
2	Segurança e controle de explosivos	
3	Educação sobre riscos de AEI	
4	Desenvolvimento de capacidade Anti-AEI	
5	Controles fronteiriços	Incluindo medidas para monitorizar e controlar a importação de materiais relacionados com AEIs
6	Controle de precursores de AEI	Material predominantemente de utilização dupla que pode ser usado na fabricação de explosivos caseiros e chaves de disparo de AEIs
7	Cooperação regional e internacional e troca de informações	Relativo ao combate Anti-AEIs e abrangendo a troca de informações
8	Operações de inteligência	

6.3.1 Medidas a montante Anti-AEIs: Regulamentação, legislação e política nacionais

6.3.1.1 1 Introdução

Esse componente da capacidade Anti-AEI abrange os níveis mais altos da política governamental e determina se o Estado possui uma estrutura política, legislativa e regulatória adequada para lidar com essa ameaça.

A maioria dos Estados possui legislação criminal relevante passível de ser aplicada à utilização para fins criminosos de artefactos explosivos para homicídio e tentativa de homicídio. É importante que haja uma legislação adequada para abranger a posse ilegal de precursores de AEI, bem como a intenção de utilizar AEIs em atos criminosos ou terroristas.

6.3.1.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade de capacidade Anti-AEI de um Estado em termos da legislação e regulamentação nacionais em vigor:

- » Existe uma política ou estratégia nacional Anti-AEI? Esta engloba uma abordagem governamental completa e eficaz para enfrentar o problema dos AEIs?
- » Até que ponto existe uma legislação vigente que proíba a aquisição de componentes de AEIs, bem como a fabricação e a utilização de AEIs?

» Existe uma legislação robusta e abrangente relativa à aquisição, ao armazenamento, ao transporte e à utilização legal de explosivos e itens relacionados? Essa legislação pode abranger:

- Fabricação de explosivos e itens relacionados
- Medidas de controle de armazenamento
- O controle, incluindo aquisição, armazenamento e uso de precursores de AEI
- Todas as utilizações legais de explosivos, como nos setores de engenharia civil (construção e demolição), mineração, pedreiras, levantamento sísmico e exploração e produção de petróleo e gás

» As normas que regem o controle, o armazenamento e a utilização de explosivos e munições são suficientes para evitar o desvio ilícito de material?

» As forças de segurança dispõem de medidas adequadas para proteger munições atrativas para organizações criminosas e terroristas (ACTO)?³⁴

» Há evidências de que grupos terroristas puderam adquirir munição proveniente das existências do Estado nos últimos cinco anos? Essa tendência está a aumentar ou a diminuir?

» O Estado possui um sistema de licenciamento que avalie a idoneidade dos indivíduos para adquirir e utilizar explosivos legalmente?

» Até que ponto o Estado possui regulamentação abrangendo o movimento internacional ou o envio por via marítima de explosivos ou precursores de AEIs identificados?

» Que esforços, se houver, foram feitos para alcançar a harmonização regional dos controles regulatórios? (Isso é particularmente importante quando os Estados vizinhos já estão a enfrentar ameaças significativas de AEIs).

6.3.1.2 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» Não existe nenhuma legislação específica em vigor sobre a posse não autorizada de explosivos ou a utilização de explosivos para fins criminosos.

» Não há controles legislativos ou regulatórios eficazes relativos ao uso civil e a aquisição de explosivos.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» Há certas legislações e regulamentações em vigor, mas geralmente não são aplicadas.

» Há uma estratégia nacional emergente Anti-AEI, mas existem preocupações quanto ao apoio de

³⁴ O Modelo de Regulamentos da ONU, que abrange o transporte de mercadorias perigosas, refere-se a "mercadorias perigosas de alta consequência", que são mercadorias com potencial de uso indevido em um incidente terrorista e que podem resultar em consequências graves, como vítimas ou destruição em massa. A maioria das munições e explosivos enquadra-se nessa categoria. O termo ACTO foi extraído do âmbito de gestão de munição militar. Potencialmente, qualquer item com uma ogiva altamente explosiva pode atrair grupos terroristas que pretendem fabricar um AEI.

alguns departamentos governamentais.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » Há uma estratégia nacional definida de combate aos AEIs e um único ministério ou departamento responsável pela coordenação de uma abordagem governamental eficaz para enfrentar essa ameaça.
- » Há legislação e os regulamentos em vigor, além de uma organização dotada de recursos para garantir e fiscalizar o cumprimento dessas normas.
- » Há um sistema judicial eficaz em atuação no Estado e os grupos acusados de delitos envolvendo AEIs podem ser processados com base na legislação pertinente.
- » Há regulamentações relevantes relacionadas com o controle e uso de precursores de AEIs, especialmente materiais de utilização dupla que podem ser usados na fabricação de explosivos caseiros.

MC Anti-AEI Nível 4 -Gerido possui as seguintes características:

- » O Estado possui procedimentos robustos para aplicar e revisar a legislação e os regulamentos nacionais.
- » O Estado possui um sistema de licenciamento robusto e eficaz que avalia a idoneidade dos indivíduos para obter acesso legal a explosivos.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado adota as melhores práticas internacionais e participa em fóruns regionais e internacionais, desenvolve novas medidas de controle, e compartilha e adota as melhores práticas.

6.3.2 Medidas a montante Anti-AEIs: Segurança e Controle de Explosivos

6.3.2.1 Introdução

O desvio ilegal de explosivos civis e militares é uma fonte muito comum de materiais para utilização em AEIs. As medidas de segurança geralmente referem-se a medidas de segurança física implementadas para garantir que indivíduos não autorizados não tenham acesso aos explosivos. As medidas de controle são geralmente os métodos processuais, como licenciamento e verificação, adotados para reduzir a possibilidade de grupos que cometem atos terroristas obterem acesso ilícito a explosivos e desviá-los para utilização em AEIs.

Esse componente de capacidade está relacionado com a segurança e ao controle de explosivos militares e comerciais fabricados. O controle de precursores de AEIs, materiais que podem ser usados especificamente na fabricação de explosivos caseiros, é considerado um componente separado da capacidade Anti-AEI (consulte a seção 6.3.6).

Ao analisar a eficácia das medidas de segurança e controle, é necessário considerar todos os estágios do ciclo de vida dos explosivos, desde a fabricação até o uso ou descarte final, incluindo produção, transporte, armazenamento, entrega, uso e descarte.

6.3.2.2 Considerações sobre a avaliação

Ao avaliar o nível de maturidade desse componente da capacidade Anti-AEI, recomenda-se que os explosivos militares e civis sejam considerados separadamente.

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da segurança de explosivos em um Estado:

- » Existem controles eficazes para evitar o desvio de explosivos de usuários civis? Por exemplo, há casos documentados de grupos que cometem atos de terrorismo visando deliberadamente existências de explosivos civis com o objetivo de obter material para uso em AEIs?
- » Os explosivos militares são armazenados em instalações seguras e protegidas em conformidade com as medidas de segurança recomendadas descritas nas Diretrizes Técnicas Internacionais de Munição?³⁵
- » Existem controles eficazes para o controle e a segurança de munições e explosivos utilizados por membros de unidades militares internacionais que possam estar presentes no país?
- » Os indivíduos com acesso direto a explosivos passam por um processo rigoroso de aprovação?
- » Os explosivos civis e militares são marcados ou etiquetados para facilitar a sua detecção ou identificação em caso de desvio?
- » Existem fontes desprotegidas de explosivos militares disponíveis (por exemplo, minas ou MNDs não identificados em campos militares ou antigas zonas de conflito)?
- » Há alguma evidência ou informação de inteligência que sugira que grupos que cometem atos de terrorismo estão a adquirir explosivos de fontes comerciais ou militares?³⁶ Em caso afirmativo, essa tendência está a aumentar?
- » Há evidências a partir de AEIs recuperados de que explosivos civis ou militares ilícitos estão sendo empregados por grupos que fabricam AEIs?
- » O Estado adota o Modelo de Regulamentos da ONU, ou similares, no âmbito de transporte de explosivos?³⁷
- » Existe uma entidade com recursos adequados no Estado responsável por garantir a conformidade com a legislação e a regulamentação?
- » Com que frequência essa entidade inspeciona ou examina os indivíduos que adquirem, armazenam e utilizam explosivos?

6.3.2.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

- » A segurança e o controle de explosivos civis ou militares são precários, e os grupos que cometem atos de terrorismo têm fácil acesso a explosivos para utilização em cargas principais dos AEIs.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

- » Existem regulamentações que definem os requisitos de segurança para explosivos civis e militares,

³⁵ Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento, Princípios e Sistemas de Segurança, Diretriz Técnica Internacional de Munição (IATG) 09.10, 2ª ed., 2015.

³⁶ A análise dos componentes de AEIs recuperados pode fornecer alguma indicação dos tipos de explosivos que estão a ser adquiridos por grupos terroristas.

³⁷ Nações Unidas, "Security Provisions" (Disposições de Segurança), UN Model Regulations: Recommendations on the Transport of Dangerous Goods (Modelo de Regulamentações da ONU: Recomendações sobre o Transporte de Bens Perigosos), vol. 1, 21ª ed., 2019, Anexo 1, cap. 1.4, pp. 41-48.

mas o cumprimento é irregular e as regulamentações de segurança não são rigorosamente aplicadas.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» Existem regulamentos que definem os requisitos de segurança para explosivos civis e militares, e a conformidade é rigorosamente garantida por uma entidade com recursos adequados.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

» O Estado toma medidas proativas para garantir que não ocorra o desvio ilícito de explosivos civis e militares.

» Não há evidências de que explosivos civis ou militares ilícitos estejam sendo usados em AEIs, e os grupos que fabricam esses artefactos são forçados a empregar explosivos caseiros..

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

» O Estado participa em fóruns regionais e internacionais e troca informações com nações parceiras para evitar a disseminação transnacional de explosivos civis e militares para utilização em AEIs.

6.3.3 Medidas Anti-AEI a montante: Educação sobre o risco de AEI

6.3.3.1 Introdução

O aumento significativo do número de vítimas civis em decorrência da utilização de AEIs demonstra a necessidade fundamental de investimento em campanhas de informação e educação para a população civil por parte dos Estados.

6.3.3.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade de capacidade Anti-AEI de um Estado em termos de abordagem educativa sobre o risco referente a AEIs:

» O Estado recolhe dados sobre vítimas mortais e feridas em decorrência da utilização de AEIs? A tendência está a aumentar ou a diminuir? Os tipos de ferimentos tratados pelos profissionais de saúde indicam a natureza e os tipos de AEIs empregados por grupos que cometem atos de terrorismo?

» Até que ponto o Estado reconhece que os AEIs representam uma ameaça para a sua população civil?

» Até que ponto o Estado realiza campanhas de informação pública, educação e treino, e atua junto às comunidades em relação à ameaça representada pelos AEIs?

» Em caso de ameaça de minas convencionais e quando ações educativas sobre os riscos decorrentes são organizadas, a sensibilização sobre o risco de AEI é tratada como uma atividade separada, mas relacionada?

» As mensagens de sensibilização sobre AEIs são atualizadas à medida em que o tipo de ameaça passa por mudanças?

» Até que ponto os agentes humanitários (organizações internacionais ou organizações não governamentais) realizam ações de sensibilização sobre o risco de AEI no país ou na região?

» Há evidências de que programas de educação eficazes sobre o risco de AEIs estão levando a um aumento no número de relatos sobre AEIs encontrados?

» Como é que o Estado desenvolve e conduz programas de formação de sensibilização sobre AEI para os membros das suas forças de segurança que não especializados em combate a AEIs?

6.3.3.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» O Estado não possui uma estratégia para sensibilizar a sua população civil sobre o perigo representado pelos AEIs.

» A disseminação de informações para sensibilização sobre o risco relacionado com AEIs para as próprias forças de segurança do Estado é aleatória e fragmentada.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado reconhece que os AEIs representam um perigo para a sua população civil.

» O Estado possui uma abordagem rudimentar para informar a população civil sobre o perigo representado pelos AEIs, mas a mensagem é geralmente fragmentada e não é coordenada de forma centralizada.

» Existem programas de educação sobre o risco relativo a minas, mas as especificidades dos perigos representados pelos AEIs não são abordadas.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» Há uma entidade governamental responsável pela coordenação dos programas de sensibilização sobre AEIs no Estado.

» O Estado possui uma estratégia nacional que inclui programas de sensibilização sobre AEIs e o perigo representado pelos mesmos.

» Existem métodos bem definidos e divulgados pelos quais os civis podem informar a presença suspeita de AEIs.

MC Anti-AEI Nível 4 -Gerido possui as seguintes características:

» O Estado possui um sistema eficaz de análise de ferimentos resultantes de ocorrências envolvendo AEIs e é capaz de deduzir os tipos de materiais empregados e os meios mais adequados de mitigação pela população civil.

» O Estado possui uma abordagem eficaz e integrada de divulgação de informações para sensibilização sobre AEIs.

» O conteúdo sobre ameaças de AEI e as mensagens de mitigação associadas são atualizados com frequência à medida em que as ameaças específicas representadas pelo uso de AEIs mudam.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

» O Estado possui uma abordagem extremamente coordenada e integrada no âmbito da educação sobre os riscos relativos a AEIs, e todos os tipos de mídia e canais de sensibilização pública são utilizados para divulgar mensagens coerentes à população civil sobre os perigos representados pelos AEIs.

» As entidades estatais responsáveis pela educação sobre o risco de AEI monitoram como os parceiros

internacionais e regionais atuam nesse âmbito e adotam as melhores práticas quando apropriado.

6.3.4 Medidas a montante Anti-AEI: Desenvolvimento da capacidade Anti-AEI

6.3.4.1 Introdução

A avaliação da maturidade do desenvolvimento de capacidade nacional Anti-AEI é um assunto abrangente e praticamente digno de uma avaliação por si só. Uma abordagem possível envolve as linhas de operação Anti-AEI³⁸ (ou seja, avaliar a capacidade do Estado de executar as seguintes ações):

- » Neutralizar o artefacto
- » Mobilizar a rede
- » Preparar a população, equipes e funcionários para mitigar e responder às ameaças representadas pelos AEIs

6.3.4.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade do sistema de um Estado para desenvolver a capacidade Anti-AEI:

Neutralizar o artefacto

- » Qual é a eficácia da cooperação entre agências dentro do Estado no desenvolvimento de exercícios, táticas, técnicas e procedimentos, além de outras medidas de proteção, para mitigar o uso de AEIs?
 - Qual é a natureza da cooperação entre agências?
 - Existem protocolos de cooperação entre agências?
 - Com que frequência são realizadas reuniões entre agências? Essas reuniões são organizadas de maneira formal ou informal? As reuniões são realizadas com base em uma agenda acordada e as ações são monitoradas?
- » O Estado possui equipes treinadas e equipadas para mitigar os efeitos dos AEIs? Em caso afirmativo, quão adequado é o seu equipamento e formação para lidar com a ameaça de AEI vigente?
- » Existe uma cooperação eficaz entre as entidades responsáveis pela resposta a incidentes envolvendo AEIs (equipes de socorro), equipes de NME/NAEI e os responsáveis pela recuperação e análise de provas forenses?
- » Quão eficaz é o sistema de compras do Estado em termos de aquisição de equipamentos especializados em NAEI e veículos protegidos necessários para que as suas forças de segurança atuem em um ambiente de alta ameaça de AEI?
- » Até que ponto o Estado pode desenvolver os seus próprios requisitos de equipamento e adquirir novos materiais para enfrentar as mudanças em termos de ameaça de AEIs?
- » Como é que o Estado divulga material de sensibilização sobre AEIs para a sua população? Há medidas em vigor para informar a população civil sobre novas ameaças e como evitar tornar-se vítima inadvertida de ataques envolvendo AEIs?

³⁸ OTAN, Doutrina Conjunta Aliada para Combater Dispositivos Explosivos Improvisados, AJP-3.15, Edição C, Versão 1, 2018.

- » O Estado é capaz de responder prontamente e eliminar suspeitas de AEIs relatadas por membros da população local em áreas afetadas por esses artefactos?
- » Até que ponto o Estado possui o apoio e a confiança da população civil em áreas onde AEIs estão sendo empregados?

Mobilizar a rede

- » Até que ponto o Estado tem uma compreensão clara dos adversários que estão empregando AEIs contra ele?
- » O Estado mantém um relacionamento positivo com a população local nas áreas afetadas por AEIs? Os membros da população civil são incentivados a denunciar a presença de AEIs?
- » O Estado possui uma estratégia para identificar e explorar as vulnerabilidades críticas das organizações ou indivíduos que adquirem, fabricam ou empregam AEIs?
- » Como é que o Estado usa a inteligência forense e biométrica obtida através da análise de AEIs para identificar os envolvidos na aquisição, fabricação e utilização de AEIs?
- » O Estado é capaz de organizar e executar operações preventivas a fim de impedir que criminosos utilizem AEIs?

Preparar a população, equipes e funcionários

- » O Estado possui uma abordagem eficaz de educação sobre os riscos de AEI para a sua população?
 - O Estado possui critérios para medir a eficácia da educação sobre os riscos de AEI?
 - A análise dos dados relacionados com as vítimas indica que os óbitos de civis decorrentes de AEIs estão aumentando?
- » Quão eficaz é o Estado em preparar e treinar os seus funcionários e organizações envolvidas em todos os aspectos Anti-AEI?
 - O Estado possui instalações e funcionários adequadamente formados e equipados para realizar a formação de operadores de NAEI, investigadores de AEI e equipes de resposta forenses a incidentes com AEI?
 - Quantos operadores de NAEI, investigadores de AEI e equipes de resposta forenses de AEI o Estado pode mobilizar para enfrentar uma ocorrência envolvendo AEIs?
 - Quantos operadores de NAEI, investigadores de AEI e equipes de resposta forenses de AEI o Estado treina por ano?
- » Como é que o Estado divulga as mudanças nas táticas, técnicas e procedimentos Anti-AEIs das suas equipes decorrentes das transformações das ameaças de AEIs?
- » Como é que o Estado troca, se for o caso, informações sobre o combate a ameaças emergentes de AEI com nações parceiras ou vizinhas?

6.3.4.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» Há pouco ou nenhum esforço coordenado e centralizado para desenvolver as capacidades necessárias para combater a utilização de AEIs.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado possui processos rudimentares para a aquisição de novos recursos de combate a AEIs, mas esses são geralmente improvisados, com grande dependência de apoio de parceiros internacionais para equipamentos e formação.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» O Estado possui processos suficientemente fundamentados de desenvolvimento de capacidade de combate a AEIs nas linhas de operação "neutralizar o artefacto" e "preparar as equipes".

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

» O Estado é um cliente informado e pode articular os requisitos de desenvolvimento da capacidade de combate a AEIs. Sabe quais tipos de equipamentos são viáveis, considerando as capacidades nacionais predominantes nas áreas de equipamento e suporte logístico.

» O Estado reconhece que há poucas "soluções mágicas" no combate a AEIs e que é necessária uma abordagem coordenada em todas as linhas de operação e abrangendo várias entidades governamentais.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

» O Estado possui mecanismos robustos para desenvolver a capacidade de combate a AEI em todas as linhas de operação, incluindo "mobilizar a rede".

» O Estado é reconhecido por parceiros regionais e internacionais como tendo um processo sólido de desenvolvimento de capacidade de combate a AEIs e troca informações de forma estruturada com parceiros regionais e internacionais.

6.3.5 Medidas Anti-AEI a montante: Controle Fronteiriços

6.3.5.1 Introdução

Controles de fronteira eficazes possuem um papel preponderante a desempenhar na redução da proliferação de AEIs. Muitos Estados têm verdadeiras lacunas na capacidade de fabricação interna das principais tecnologias e componentes duplos de AEIs, de modo que controles de fronteira eficazes podem inibir significativamente a capacidade de fabricação de AEIs por parte de grupos criminosos.

Fronteiras abertas e áreas de livre comércio não precisam necessariamente comprometer a imposição de controles fronteiriços eficazes, mas exigem que a legislação e as regulamentações que abrangem a segurança e o controle de explosivos e precursores de AEIs sejam abordadas em nível regional, e não apenas nacional.³⁹

6.3.5.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da eficácia dos controles fronteiriços de um

³⁹ As medidas regulatórias sobre precursores de AEI promulgadas pela UE sobre materiais utilizados na fabricação de explosivos caseiros são um bom exemplo de como as regulamentações podem ser introduzidas a nível regional para proporcionar um controle eficaz em uma área ou região de livre comércio.

Estado no âmbito da redução da proliferação de AEIs:

» A abordagem do Estado no âmbito de segurança fronteiriça e controle alfandegário é coordenada entre todos os departamentos governamentais relevantes?

» Até que ponto indivíduos podem entrar no país ou na área de livre circulação sem passar por um ponto de controle fronteiriço reconhecido?

» Qual é o grau de porosidade das fronteiras do Estado? O Estado compartilha uma fronteira terrestre ou marítima com algum país onde atuam grupos fabricantes de AEIs?

- Quantos casos de contrabando transfronteiriço de armas ilícitas e componentes de AEI foram detectados pela alfândega ou forças de controle de fronteiras no passado?

- A tendência de contrabando de materiais ilícitos está em ascensão ou declínio?

- Outros materiais ilícitos, como narcóticos, são contrabandeados através das fronteiras? Há alguma evidência ou inteligência que sugira que grupos que cometem atos de terrorismo podem explorar cadeias de suprimento criminosas para o transporte de componentes de AEIs?

» Quão eficazes são os controles alfandegários e a detecção de cargas e pacotes que entram no país?

- Qual é o volume de mercadorias e a quantidade de pacotes manuseados periodicamente pelos funcionários de alfândega e controle de fronteiras?

- Qual percentagem das remessas está sujeita a inspeção física? Qual percentagem dessas inspeções resulta em detecção de material ilícito de todos os tipos?

- Há evidências ou informações de inteligência que sugiram que grupos que cometem atos de terrorismo estejam a explorar os sistemas internacionais de transporte ou postais para adquirir componentes de AEI?

» Quão sólida é a integridade e a capacidade dos funcionários de controle de fronteiras? Há evidências que sugiram que criminosos ou grupos que cometem atos de terrorismo tenham subornado agentes da alfândega ou do controle de fronteiras para facilitar a importação de materiais ilícitos associados à fabricação de AEIs?

» Até que ponto o Estado participa em fóruns regionais e internacionais? (Isso é especialmente importante caso os Estados vizinhos já tenham enfrentado uma ameaça significativa de AEIs.)

» O Estado emprega medidas que permitem o rastreamento de cargas e encomendas no país, ou através do país onde ocorre o transbordo de um porto, a fim de facilitar a rastreabilidade?

6.3.5.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» Os controles de fronteira são inexistentes ou geralmente ineficazes, e é possível importar componentes de AEI e outros precursores para o país sem grandes entraves.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado possui controles rudimentares em pontos-chave de travessia de fronteira, aeroportos e portos marítimos, mas é possível contornar esses controles com relativa facilidade.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » O Estado possui um sistema de controle de fronteiras definido que realiza verificações abrangentes nas fronteiras, aeroportos e portos marítimos e um certo grau de patrulhamento nas fronteiras terrestres e marítimas. No entanto, às vezes é possível transportar materiais de AEIs clandestinamente através das fronteiras.
- » Os funcionários da alfândega e do controle de fronteiras foram treinados para reconhecer e lidar com AEIs e possuem recursos técnicos apropriados (por exemplo, sistemas radiográficos e outros sistemas de detecção e análise) para identificar precursores de AEIs e outros materiais que exijam investigação adicional.
- » O Estado participa da iniciativa Global Shield e de outros programas relevantes patrocinados e apoiados pela OMA.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

- » A eficácia dos controles nas fronteiras, aeroportos e portos marítimos torna extremamente difícil a movimentação de componentes de AEIs por esses locais.
- » Recursos consideráveis são investidos nas forças de controle de fronteiras, e elas geralmente são bem-sucedidas na interdição de materiais ilícitos que cruzam as fronteiras.
- » Há exemplos comprovados de casos em que a troca de informações e inteligência com parceiros regionais e internacionais levou à interceptação de precursores de AEIs por equipes alfandegárias ou de controle de fronteira.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado possui controles de fronteira extremamente eficazes e realiza uma monitorização abrangente de indivíduos, cargas e encomendas que entram no país.
- » Há pouca ou nenhuma evidência que sugira que criminosos ou grupos que cometem atos de terrorismo estejam a obter materiais no exterior e a importá-los ilicitamente com o intuito de fabricar AEIs.

6.3.6 Medidas Anti-AEI a montante: Controle de Precursores de AEI

6.3.6.1 Introdução

Os controles de precursores de AEIs desempenham um papel preponderante em inibir a capacidade de grupos de fabricar AEIs eficazes. Assumem uma importância ainda maior quando o Estado já possui medidas de controle eficazes relativas a explosivos militares e comerciais. Assim, os grupos que utilizam AEIs são forçados a fabricar explosivos caseiros.

Os controles mais eficazes de precursores de AEI ocorrem quando o Estado e o comércio operam em conjunto para atingir um objetivo comum: impedir que criminosos e grupos que cometem atos de terrorismo adquiram precursores de AEI para fins ilícitos.

6.3.6.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da eficácia do controle de precursores de AEI e tecnologias de utilização dupla de um Estado:

- » Até que ponto o Estado reconhece que certos materiais podem ser utilizados indevidamente na fabricação de explosivos caseiros? O Estado licencia e regulamenta a sua aquisição?
- » O estado possui uma lista oficial de precursores de AEI identificados?
- » Qual é a eficácia da estrutura regulatória e de licenciamento no âmbito do controle de precursores de AEIs que podem ser utilizados na fabricação de explosivos caseiros?
 - O Estado envolveu os fabricantes e a cadeia de suprimentos para destacar o potencial de uso indevido dos precursores de AEI?
 - O Estado enfatizou junto aos fabricantes e fornecedores os tipos de comportamento que devem ser considerados suspeitos e denunciados?
 - O Estado obriga os fabricantes e fornecedores a registrar a identidade das pessoas que adquirem precursores de AEIs?
 - O Estado monitora a distribuição de fertilizantes à base de nitrato de amônio com alto teor de nitrogênio? Existem medidas para garantir que o potencial de desvio desses produtos dos usuários finais no setor agrícola seja reduzido?
 - As estatísticas sobre o uso indevido de precursores de AEIs são registradas? A tendência de uso indevido está em expansão ou recuo?
 - As disposições regulatórias e de licenciamento no âmbito do controle de precursores de AEI estão alinhadas e em conformidade com as melhores práticas internacionais?
- » Os fornecedores comerciais de materiais que podem ser precursores de AEI apoiam ativamente medidas para evitar desvios?
- » No que se refere a indústrias extrativas que fabricam explosivos localmente (ou seja, que fazem misturas de nitrato de amônio ou composições à base de nitrometano):
 - Existem medidas adequadas para evitar e identificar desvios?
 - O uso de explosivos comerciais por usuários civis está em conformidade com as melhores práticas internacionais?⁴⁰
- » Há evidências (a partir de AEIs recuperados) de que grupos que praticam atos de terrorismo empregam explosivos caseiros na carga principal de AEIs? Em caso afirmativo, qual é a composição dos explosivos e quais são as fontes prováveis dos precursores utilizados para fabricar os mesmos?
- » O Estado conhece os materiais usados na fabricação de AEIs? A análise de componentes de AEI recuperados envolve a divulgação de informações relevantes para entidades como as forças de controle de fronteiras?
- » O Estado possui medidas regulatórias em vigor para controlar a utilização de transmissores de rádio? Os assinantes podem ter acesso anônimo à rede de comunicações móveis ou existem controles eficazes para monitorizar a distribuição de cartões SIM (Módulo de Identidade do Assinante) e o roaming?

⁴⁰ Por exemplo, no setor de petróleo e gás, os usuários de explosivos seguem as diretrizes de práticas recomendadas promulgadas pelo American Petroleum Institute?

internacional em redes de telefonia móveis?⁴¹

6.3.6.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» Não há controles eficazes em vigor de precursores de AEIs, e o Estado possui pouco ou nenhum conhecimento sobre as fontes de suprimento utilizadas nos componentes de AEIs.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado possui um certo grau de compreensão dos tipos de material utilizados para fabricação de AEIs, porém a sua compreensão da cadeia de suprimentos é limitada.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» O Estado possui boa compreensão dos tipos de precursores utilizados em AEIs e tomou medidas para monitorizar ou fechar as fontes de suprimento dentro da sua jurisdição nacional.

» O Estado possui um regime eficaz de licenciamento e regulamentação associado ao controle de precursores de AEIs. A estrutura de licenciamento é apoiada por um nível adequado de garantia.

» O Estado é capaz de analisar os componentes de AEIs recuperados e determinar os tipos de materiais utilizados na sua produção.

MC Anti-AEI Nível 4 -Gerido possui as seguintes características:

» O Estado possui uma estrutura regulatória bem definida que controla o acesso aos precursores utilizados com frequência na fabricação de explosivos caseiros.

» O Estado participa no Projeto Watchmaker da INTERPOL.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

» Há evidências que sugerem que criminosos e grupos que praticam atos de terrorismo têm dificuldade em obter os precursores utilizados na fabricação dos explosivos caseiros mais comuns; assim, a eficácia dos seus AEIs é reduzida.

» O Estado possui controles extremamente eficazes no âmbito dos precursores de AEI e troca informações com parceiros regionais e internacionais.

6.3.7 Medidas Anti-AEI a montante: Cooperação regional e internacional e troca de informações

6.3.7.1 Introdução

Na maioria das regiões do mundo, os grupos que empregam AEIs não reconhecem a existência de fronteiras internacionais. Assim, os AEIs e materiais precursores podem ser obtidos em um país para serem utilizados em outro. Portanto, é essencial que seja adotada uma abordagem transnacional para que essas ameaças sejam geridas e mitigadas com eficácia.

⁴¹ Essas medidas são potencialmente importantes para inibir o uso de AEICRs.

6.3.7.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da eficácia da cooperação regional e internacional de um Estado:

- » O Estado reconhece que enfrenta um problema de ameaça de AEIs atualmente ou que possa vir e enfrentá-lo? Em caso afirmativo, o Estado está preparado para trocar informações e desenvolver capacidades em conjunto com parceiros regionais e internacionais?
- » Se o Estado estiver a receber assistência de doadores internacionais, possui uma estratégia para definir as suas próprias prioridades nacionais em termos de aquisição de capacidades Anti-AEI?
- » Até que ponto o Estado centraliza e compila relatórios de AEI e informações relacionadas e os disponibiliza para parceiros regionais e internacionais?
- » O Estado possui um centro nacional de dados sobre AEIs ou bombas?
- » O Estado possui estrutura para receber, armazenar e processar com segurança informações confidenciais relacionadas com inteligência sobre AEIs?
- » O Estado possui memorandos de acordo com parceiros regionais ou internacionais para a troca de informações relacionadas com AEIs?
- » Até que ponto o Estado reconhece que a proliferação de AEIs é um problema transnacional e que exige esforços internacionais coordenados?
- » Até que ponto o Estado, em conjunto com parceiros internacionais, tem sido bem-sucedido em restringir a capacidade dos grupos armados de atuarem através de fronteiras internacionais?

6.3.7.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

- » O Estado não compartilha informações relacionadas com o combate aos AEIs com parceiros regionais ou internacionais.
- » O Estado não enfrenta nenhuma ameaça atual de AEI ou recusa-se a reconhecer que os AEIs representam um problema.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

- » O Estado compartilha informações com parceiros regionais, conforme necessário, mas não há mecanismos definidos para troca formal de informações e inteligência.
- » O Estado entende que ele ou os parceiros regionais podem estar diante de uma ameaça de AEI, mas geralmente não reconhece que a mitigação dessa ameaça exige um esforço internacional coordenado e contínuo.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » O Estado reconhece a importância da troca de informações relevantes Anti-AEI com parceiros internacionais.
- » O Estado possui estrutura para receber, processar e armazenar com segurança informações

confidenciais relacionadas com AEIs.

- » O Estado apoia o desenvolvimento de currículos comuns para a formação de especialistas Anti-AEI.
- » O Estado concentra-se na recolha e a disseminação de dados sobre AEIs (possui normalmente um centro de dados sobre bombas).

MC Anti-AEI Nível 4 -Gerido possui as seguintes características:

- » O Estado possui processos definidos que podem incluir memorandos de acordo com parceiros regionais e internacionais, para a troca de informações e inteligência com prazos urgentes.
- » O Estado é membro do programa Global Shield e participa no Projeto Watchmaker da INTERPOL.
- » O Estado compartilha informações relacionadas com alfândega e participa no Global Shield e em outras iniciativas relevantes apoiadas pela OMA.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado troca informações relevantes relacionadas com o combate a AEIs com parceiros internacionais e é proativo ao tomar medidas para identificar e fechar as cadeias de suprimento internacionais de materiais relacionados com AEIs.
- » O Estado oferece oportunidades para a formação de especialistas de parceiros regionais ou internacionais com níveis mais baixos de capacidade Anti-AEI.
- » O Estado possui um centro de dados de AEIs ou bombas que atua como fonte de divulgação de dados relacionados com incidentes envolvendo AEIs para parceiros internacionais.

6.3.8 Medidas Anti-AEI a Montante: Operações de Inteligência

6.3.8.1 Introdução

Considera-se que a medida mais eficaz de Anti-AEI a montante é o uso de inteligência proativa para impedir que indivíduos ou grupos consigam fabricar e utilizar AEIs. Sempre que possível, é preferível que os suspeitos sejam levados sob custódia pelas forças de segurança do Estado para que mais informações sejam obtidas através de interrogatórios legais. Em algumas circunstâncias, a situação no âmbito de segurança pode não ser propícia a operações de prisão preventiva; a força militar, devidamente autorizada pelo Estado e empregada de acordo com as leis em vigor reativas a conflito armado, pode ser necessária.

Em alguns Estados, o uso da inteligência para degradar proativamente a eficácia das redes de AEI corresponde a uma linha de operação conhecida como "atacar a rede".⁴² Um fator fundamental para sustentar operações eficazes Anti-AEI conduzidas através de inteligência é a produção de inteligência acionável ou divulgável. O melhor sistema de recolha e análise de inteligência do mundo não possui nenhum valor se não houver disseminação de inteligência que possa ser utilizada na hora certa.

6.3.8.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da eficácia de um Estado na condução de operações de inteligência Anti-AEI:

⁴² O termo "mobilizar a rede" é mais apropriado para a definição mais ampla de Anti-AEI empregada no MMC Anti-AEI e na Ferramenta de Autoavaliação.

» Até que ponto o Estado é capaz de direcionar, recolher, analisar e disseminar as informações de inteligência relacionadas com AElS?

- O Estado possui uma organização reconhecida de recolha de informações de inteligência?
- A organização de inteligência do Estado opera a nível nacional e internacional?

» Existe uma estratégia nacional que apoia o uso de operações baseadas em inteligência para impedir que grupos tenha acesso a material para a fabricação de AElS e para prevenir o seu uso?

» Quão eficazes são as medidas adotadas pelo Estado para coordenar, analisar e disseminar dados e produtos de inteligência de diversas agências nacionais de inteligência?

- Como funciona a cooperação entre agências?
- Existem protocolos de cooperação entre agências?
- Com que frequência são realizadas reuniões entre agências? Essas reuniões são formalizadas ou ocorrem de maneira pontual? As reuniões respeitam uma agenda acordada e as ações decorrentes são monitoradas?

» Há exemplos bem-sucedidos de casos em que o Estado empregou a inteligência Anti-AEI para evitar acesso a precursores ou a fabricação e utilização de AElS por grupos que cometem atos de terrorismo?

» O Estado possui uma rede de segurança nacional capaz de reunir elementos relevantes de inteligência para interceptar redes que utilizam AElS?

» O Estado é capaz de adaptar os processos de inteligência que desenvolveu para combater a criminalidade transnacional, como no caso do narcotráfico, para enfrentar o uso de AElS?

» As agências de segurança do Estado são capazes de compartilhar e trocar informações de inteligência relacionadas com AElS com parceiros internacionais? O Estado possui uma estrutura segura de comunicações e sistemas de informação para facilitar o armazenamento, processamento e disseminação de inteligência dentro do seu aparato de segurança nacional?

» O Estado é capaz de utilizar os resultados da análise do material de AEI coleado conjuntamente com outras fontes de inteligência, como inteligência de sinais (SIGINT), inteligência humana (HUMINT) e inteligência de código aberto (IFA)?

» Até que ponto existem ciclos de feedback efetivos entre os indivíduos que recolhem material de AElS e os responsáveis pela análise forense e técnica do material recuperado desses artefactos?

6.3.8.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» O Estado possui experiência ou capacidade extremamente limitada para empregar inteligência com o intuito de reduzir ou evitar a utilização de AElS por grupos que cometem atos de terrorismo.

» As agências de inteligência do Estado não consideram os AElS como uma ameaça significativa e não possuem verdadeira compreensão sobre as redes de ameaças de AEI que enfrentam.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado possui certa experiência na utilização de inteligência Anti-AEIs, porém apenas em níveis táticos mais básicos.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» O Estado possui uma rede de inteligência definida com certa experiência no emprego de inteligência para reduzir a utilização de AEIs.

» O uso de inteligência para combater os AEIs é coordenado a nível nacional, mas não há procedimentos formais definidos para a troca de informações com parceiros regionais ou internacionais.

» O Estado reconhece que as ameaças de AEIs precisam ser enfrentadas através da constituição de uma rede.

» As agências de inteligência nacionais entendem o valor dos elementos técnicos obtidos através da análise de AEIs e podem utilizá-los na identificação dos criminosos.

» O Estado possui certa experiência na fusão de elementos de inteligência oriundos das suas agências nacionais e organizou operações bem-sucedidas contra criminosos ou grupos que cometem atos de terrorismo que utilizam AEIs.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

» O Estado possui um sólido histórico de condução de operações de inteligência eficazes contra grupos que cometem atos de terrorismo, e há exemplos de casos em que membros desses grupos foram identificados, presos e julgados com sucesso pelo sistema jurídico do Estado.

» Há exemplos de operações de inteligência eficazes que limitaram o acesso a explosivos e precursores de AEIs por parte de grupos e, assim, a eficácia dos AEIs utilizados foi reduzida.

» O Estado possui uma boa compreensão das redes de ameaças de AEI que enfrenta internamente.

» O Estado é membro do programa Global Shield e participa no Projeto Watchmaker da INTERPOL.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

» O Estado possui vasta experiência na condução de operações de inteligência contra grupos armados, tanto em nível nacional quanto internacional.

» O Estado possui procedimentos bem definidos para troca de informações urgentes relacionadas com AEIs com parceiros regionais e internacionais.

6.4 AVALIAÇÃO DA MATURIDADE ANTI-AEI A JUSANTE

A **tabela 4** exibe os principais componentes a jusante do MMC Anti-AEI.

TABELA 4. RESUMO DAS AÇÕES ANTI-AEI A JUSANTE		
Nº	MEDIDA	COMENTÁRIO
1	Reação a AEIs – Garantir a Segurança	Todas as ações, desde a descoberta de um AEI até que a segurança seja garantida
2	Reação a AEIs – Exploração da cena	Análise forense de cenas de AEI
3	Análise de evidências recolhidas	Análise física eficaz de componentes de AEI coletados
4	Gestão de informações	
5	Análise técnica de AEIs coletados	
6	Identificação de criminosos	Uso de evidências forenses recolhidas para identificar os autores dos crimes
7	Processo judiciário	
8	Desenvolvimento de contramedidas Anti-AEI	Resposta eficaz a situações novas ou previstas envolvendo AEIs

6.4.1 Medidas Anti-AEI a jusante: Reação a AEIs – Garantir a segurança

6.4.1.1 Introdução

A capacidade de lidar de maneira segura com AEIs instalados é um recurso fundamental para todos os Estados que enfrentam ou possam vir a enfrentar essa ameaça. O nível mais básico de preparação exige que o Estado tenha equipes de NME/NAEI suficientemente treinadas e equipadas para garantir a segurança de todos os tipos de AEI que possam ser encontrados. Outros recursos importantes incluem a busca por AEIs, a preservação de cenas de AEIs e a recuperação de evidências forenses. Essa última é um elemento precioso para a avaliação técnica de AEIs a fim de identificar as fontes de suprimento e os autores do crime, além de servirem de provas em processos judiciais e futuras operações de inteligência.

6.4.1.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado em termos de Reação a AEIs – Garantir a Segurança:

- » Qual é a maturidade e abrangência das políticas, doutrina e procedimentos operacionais técnicos do Estado para enfrentar a ameaça representada por AEIs?
- » O Estado possui entidades (geralmente unidades policiais ou militares) treinadas e equipadas para lidar com AEIs?
 - Essas entidades estão posicionadas de forma que possam cobrir todo o território do Estado?
 - Existe uma área não governada onde os grupos que cometem atos de terrorismo podem fabricar e empregar AEIs com impunidade?
- » As outras equipes de socorros recebem formação e equipamentos suficientes para atuar com segurança em um ambiente de ameaça de AEI?
- » Quão abrangente é a formação fornecida àqueles que realizam operações de desativação de AEIs?

- Qual é o nível de formação em NME e NAEI fornecida aos responsáveis pela neutralização de AEIs?
 - A formação em NME e NAEI fornecido atende aos padrões internacionais?⁴³
 - Quantos operadores de NAEI e pesquisadores de AEI treinados o Estado possui?
- » Que tipos de equipamentos são usados pelas equipes de NME/NAEI? As equipes estão equipadas com veículos controlados remotamente (VTCs)? As equipes estão equipadas com sistemas de CME para lidar com a ameaça representada pelos AEICRs?
- » Quão eficaz é o Estado na análise dos ataques com AEIs que ocorreram e na modificação das suas capacidades com base nessas análises?
- Existe um ciclo de feedback eficaz entre a resposta a jusante aos incidentes com AEIs, a análise dos componentes dos artefactos recuperados e o desenvolvimento a montante de recursos Anti-AEI mais eficazes?
 - O Estado possui entidades capazes de analisar incidentes com AEIs e desenvolver lições aprendidas para aperfeiçoar as táticas, técnicas e procedimentos Anti-AEI?
- » Quão eficazes são os recursos do Estado nas áreas de busca e detecção de AEIs?
- O Estado considera a busca de AEI como uma disciplina específica?
 - O Estado possui funcionários treinados e equipados para efetuar buscar de AEIs no ambiente de ameaça existente ou futuro?
 - O Estado coleta estatísticas sobre AEIs encontrados? Essa tendência está em expansão?

Ao avaliar as capacidades técnicas do Estado para lidar com AEIs, é necessário considerar os seguintes componentes de capacidade:

- » Funcionários
- » Equipamento
- » Formação
- » Doutrina e procedimentos operacionais técnicos
- » Organização e logística

6.4.1.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

- » Os funcionários não são especificamente selecionados e/ou treinados para conduzir operações de NAEI.

⁴³ No que se refere ao treino genérico de NME, considera-se apropriado classificar o nível de competência de NME de acordo com os níveis definidos nos Padrões Internacionais de Ação contra Minas: Nível 1, Nível 2 ou Nível 3. Quanto ao NAEI, considera-se apropriado definir o nível de competência de NAEI de acordo com os Padrões de Descarte de Dispositivos Explosivos Improvisados das Nações Unidas: Operador básico de NAEI, Assistente de NAEI, Operador intermediário de NAEI ou Operador avançado de NAEI.

- » Não há equipamentos específicos disponíveis para operações de NAEI.
- » As equipes que respondem aos AEIs estão a sofrer um alto índice de baixas.
- » Os operadores de NAEI adquirem experiência "no cotidiano" e há uma disseminação limitada de lições aprendidas mais abrangentes.
- » Não há uma doutrina nacional definida nem procedimentos operacionais técnicos no âmbito de NAEI.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

- » O Estado identificou unidades e organizações que serão treinadas para garantir a segurança e mitigar os efeitos de uma ameaça duradoura de AEI, mas as capacidades gerais da unidade ainda estão em um nível inicial.
- » O Estado começou a identificar os requisitos básicos para estabelecer procedimentos operacionais técnicos das equipes Anti-AEI e as lições aprendidas com as operações atuais de busca e eliminação de AEIs.
- » Funcionários são selecionados e treinados para executar tarefas gerais envolvendo AEIs, e disponibiliza-se formação básica de sensibilização sobre AEIs.
- » Existem procedimentos locais, mas não nacionais, para lidar com AEIs.
- » Não há formatos padrão para relatar incidentes envolvendo AEIs nem para registrar os detalhes técnicos dos itens que foram recuperados.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » Os funcionários são selecionados e treinados e recebem formação específica em NAEI. O conteúdo é adaptado para os tipos de AEI com os quais provavelmente terão que lidar.
- » As equipes que executam operações de resposta a AEIs possuem equipamentos específicos adequados para lidar com a maioria dos AEIs, mas não possuem um VTC ou recursos de CME.
- » Há uma doutrina definida e um conjunto de procedimentos operacionais técnicos que orientam os operadores de NAEI sobre como as operações de neutralização devem ser conduzidas.
- » Há um plano de carreira definido para os especialistas envolvidos em NAEI e busca de AEIs.
- » Há um formato padrão de relatório de incidentes com AEIs, e os relatórios são agrupados por uma entidade nacional.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

- » Os funcionários envolvidos nas operações de NAEI possuem experiência substancial e detectam rapidamente mudanças nas táticas, nas técnicas e nos procedimentos utilizados no âmbito de AEIs.
- » Há um processo reconhecido nacionalmente para validar a competência dos especialistas em AEI.
- » As equipes de NAEI possuem a capacidade de empregar VTCs para neutralizar AEIs remotamente.
- » Quando AEICRs constituem uma ameaça, as equipes de NAEI possuem equipamento de CME adequado.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » As equipes de NAEI são extremamente experientes e estima-se que atingiram nível de especialista.
- » O equipamento de NAEI é desenvolvido para enfrentar especificamente as ameaças emergentes, e os requisitos baseiam-se na análise de AEIs recuperados e na inteligência sobre as intenções previstas dos grupos que cometem atos de terrorismo.
- » O Estado troca informações relacionadas com NAEI com os seus parceiros regionais e internacionais.

6.4.2 Medidas Anti-AEI a jusante: Reação a AEIs – Exploração da cena

6.4.2.1 Introdução

A preservação, a recolha e a análise de provas forenses recuperadas em cenas de AEIs são fundamentais para o desenvolvimento de medidas eficazes a montante e a jusante para combater a proliferação de AEIs.

A exploração de uma cena de AEI começa no momento em que a equipe de NAEI garante a segurança do perímetro e termina no momento em que todos os materiais e informações relevantes da cena são registados e recuperados. A prioridade é sempre a proteção das vidas humanas e não se deve correr riscos inadequados com o objetivo de preservar ou recolher evidências forenses.

6.4.2.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado em termos de Reação a AEIs – Exploração da Cena:

- » Até que ponto o Estado possui capacidade científica forense viável e é capaz de preservar, recolher e analisar o material recuperado em cenas de AEI?
 - O Estado possui laboratórios forenses certificados e credenciados?
 - Os laboratórios forenses do Estado estão equipados e capacitados para realizar a análise de materiais relacionados com AEI?
- » Até que ponto o Estado realiza treinos ou exercícios conjuntos envolvendo as entidades responsáveis pela neutralização de AEIs e pela exploração da cena?
- » Até que ponto as equipes de NAEI são treinadas no âmbito de requisitos de preservação de cenas e auxílio à recuperação de materiais de AEI?
- » Qual é o grau de maturidade dos recursos mais amplos do Estado para a análise de provas forenses? Por exemplo, o Estado é capaz de recuperar e registar impressões digitais e compará-las com impressões digitais armazenadas em um banco de dados nacional ou internacional?
- » O Estado é capaz de recuperar, analisar e registar evidências de DNA e compará-las com perfis em um banco de dados nacional ou internacional?
- » O histórico de evidências é mantido integralmente, ou seja, desde a recolha das evidências forenses até à sua utilização nos processos judiciais?
- » Há exemplos de casos em que o Estado utilizou informações obtidas em cenas de AEIs em processos judiciais bem sucedidos envolvendo criminosos que utilizaram tais artefactos?

» As equipes forenses são capazes de conduzir investigações eficazes pós-explosão de AEIs e recolher evidências de cenários onde AEIs tenham sido acionados?

6.4.2.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» Não há requisitos exigidos pelo Estado para a recuperação de material de incidentes envolvendo AEIs, ou o ambiente de segurança é tão hostil que o Estado não consegue recuperar com segurança o material proveniente de AEIs.

» As unidades de investigação do Estado possuem pouco ou nenhum treino sobre como responder a incidentes com AEIs.

» Os operadores de NAEI não são treinados adequadamente ou não atuam com rigor no âmbito da preservação forense da cena em incidentes envolvendo AEIs.

» Não há uma abordagem reconhecida que garanta a integridade da continuidade das evidências.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» É dada alguma atenção à recuperação de material de locais relacionados com AEIs, mas o material geralmente é recuperado de maneira informal e não segue um processo determinado pelo Estado.

» Existem investigadores policiais de cenas de crime capazes de recolher e marcar o material de AEI coletado, mas eles não passam por formação específica para responder a incidentes com AEI.

» Há uma abordagem reconhecida para garantir a integridade da continuidade das evidências.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» O Estado possui um procedimento obrigatório de recuperação de evidências forenses oriundas de incidentes com AEIs.

» As equipes de recuperação forense são treinadas e equipadas adequadamente e são capazes de atuar de forma eficaz em cenas de AEI.

» Há um amplo entendimento da necessidade de preservar cenas de AEI e recuperar evidências forenses.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

» O Estado possui procedimentos robustos de gestão de cenas de AEI, e um alto nível de competência é demonstrado pelos funcionários responsáveis pela análise dessas cenas.

» As equipes forenses que atuam em incidentes com AEIs são bem equipadas e eficazes na gestão da cena, na preservação e na recolha de evidências forenses.

» Há exemplos de casos em que a recuperação de provas forenses de cenas de AEIs levou à identificação e ao julgamento de pessoas envolvidas na fabricação e no uso de AEIs.

» As entidades forenses podem recolher, processar, analisar e comparar impressões digitais recuperadas em cenas de AEI com impressões digitais registadas de suspeitos armazenadas em bancos de dados nacionais e internacionais.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado participa em fóruns internacionais sobre exploração e investigação de cenas de AEI.
- » O Estado pode recolher, processar, analisar e comparar o DNA recuperado em cenas de AEI com perfis de DNA suspeitos armazenados em bancos de dados nacionais e internacionais.

6.4.3 Medidas Anti-AEI a jusante: Análise de Evidências Recolhidas

6.4.3.1 Introdução

A preservação e a recuperação de evidências forenses são inúteis se não houver um sistema eficaz de análise de provas. A análise de componentes recuperados de AEIs apresenta certos desafios, pois podem ser necessárias técnicas especiais de análise química para determinar a composição de misturas explosivas e precursores químicos. O processo de análise de componentes eletrônicos de AEIs, sobretudo sistemas de detonação controlados por rádio usados em AEICR, também exige equipamentos, conhecimento e técnicas específicos para que o método e a frequência de operação de AEIs possa ser determinados.

6.4.3.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado no âmbito de análise de evidências recuperadas:

- » O Estado tem acesso a laboratórios de análise forense credenciados? (Recursos nacionais ou fornecidos por terceiros).
- » Até que ponto o Estado possui habilidades técnicas para realizar as seguintes ações?
 - Análise química de composições de explosivos e amostras de solo do local de explosões de AEIs
 - Análise de evidências forenses visíveis (comparação e identificação de componentes de AEIs, fragmentos de contêineres de AEIs, tintas, fluidos corporais)
 - Análise de evidências forenses invisíveis (impressões digitais, DNA, fibras, resíduos de vapor de explosivo, fragmentos microscópicos e marcas de ferramentas e abrasões)
 - Avaliação técnica de componentes eletrônicos de AEI
- » O Estado possui um programa reconhecido de formação e qualificação para garantir a competência de todo os funcionários envolvidos na análise de provas forenses?
- » Há exemplos de casos em que a evidência forense foi utilizada em processos judiciais bem sucedidos envolvendo o uso de AEIs ou outros crimes relacionados com explosivos?
- » Qual é o grau de eficácia do ciclo de feedback entre as equipes que neutralizam e recuperam componentes de AEI e os funcionários responsáveis pela análise do material em laboratórios credenciados?
 - Qual é o procedimento de troca de informações entre as equipes de análise de evidências forenses, os funcionários responsáveis pela neutralização e os investigadores de incidentes com AEI?
 - Existem protocolos definidos que regem a troca de informações?

- São realizadas reuniões regulares e formais entre os responsáveis pela análise de provas forenses e as equipes que estão na linha de frente das operações Anti-AEI?
- » Qual é o grau de maturidade dos recursos do Estado para analisar itens recuperados em incidentes relacionados com AElS, mas que não fazem parte diretamente de tal artefacto?⁴⁴
- » O Estado possui técnicas macroanalíticas para o processamento de "big data" associado a incidentes envolvendo AElS? A análise geográfica dos incidentes é realizada?

6.4.3.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

- » O Estado não possui capacidade interna para a análise forense de componentes de AElS recuperados.
- » O Estado não reconhece que a análise de componentes recuperados de AElS pode ter um papel preponderante no combate ao uso de AElS.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

- » O Estado não possui capacidade interna para a análise forense de componentes de AElS, mas reconhece a importância dessa atividade e utiliza a expertise fornecida por terceiros.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » O Estado possui a capacidade de analisar o material de AEI recuperado em laboratórios autorizados e credenciados.
- » A análise de componentes de AElS recuperados gera evidências capazes de auxiliar em processos judiciais e futuras operações de inteligência.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

- » O Estado conta com profissionais forenses competentes que podem analisar toda a gama de objetos recuperados de incidentes envolvendo AElS.
- » O Estado utiliza técnicas eficazes na macroanálise de dados relacionados com AEI.
- » O Estado mantém um banco de dados biométrico nacional e pode associar os criminosos a cenas de AEI utilizando evidências biométricas recuperadas, geralmente através da correspondência de impressões digitais.
- » O Estado participa no Projeto Watchmaker da INTERPOL.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado coopera plenamente com parceiros regionais e internacionais e troca informações obtidas em cenas de AEI para identificar cadeias de suprimento transnacionais de AEI.
- » O Estado troca dados biométricos com parceiros internacionais para identificar criminosos e fabricantes de AElS que operam além das fronteiras nacionais.

⁴⁴ Isso abrange a exploração técnica de telefones celulares, equipamentos de informática e documentos.

» O Estado possui a capacidade de empregar toda a gama de técnicas científicas para identificar materiais de AElS e recuperar evidências biométricas de cenas de AElS, incluindo a recuperação e a correspondência de DNA humano.

6.4.4 Medidas Anti-AEI a jusante: Gestão de informações (GI)

6.4.4.1 Introdução

Uma abordagem robusta e eficaz de GI constitui o alicerce da maioria das abordagens bem-sucedidas envolvendo todo os níveis do governo para combater a utilização de AElS. Os sistemas modernos de informação e as comunicações em rede podem aprimorar a eficiência da disseminação de informações entre entidades geograficamente dispersas, porém não são a solução para todos os problemas. A sobrecarga de informações pode ser um desafio e é essencial que, quando empregados sistemas automatizados de recolha de dados e de inteligência, investigadores de polícia e analistas de inteligência tenham à disposição ferramentas automatizadas de agrupamento e análise para lidar com os grandes volumes de informações decorrentes. Os sistemas manuais, embora mais lentos e menos flexíveis, podem ser igualmente eficazes se estruturados e utilizados adequadamente.

6.4.4.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado no âmbito da gestão de informações:

- » O Estado possui um formato comum para relatar incidentes envolvendo AElS?
 - Os relatórios de incidentes com AEI são utilizados como prova pelo sistema judiciário?
 - Os relatórios de incidentes de AEI fornecem um registo permanente da composição técnica dos dispositivos e incluem detalhes sobre as vítimas ou danos causados por AElS?
 - Os relatórios de incidentes de AElS são reunidos em um centro nacional de dados de bombas? Esses relatórios são disponibilizados aos parceiros regionais e internacionais?
- » O Estado possui um formato comum para a submissão de relatórios de análise forense?
- » Existe um método padronizado para o envio de provas físicas recolhidas em incidentes com AElS?
- » São recolhidas provas forenses (como impressões digitais e DNA) e relatórios de interrogatórios policiais dos indivíduos presos e posteriormente processados por crimes relacionados com AElS?
- » O Estado utiliza de maneira eficaz relatórios de inteligência de todas as fontes referentes a incidentes com AElS ou pessoas suspeitas de envolvimento em crimes relacionados com AElS?
 - O Estado emprega sistemas de informação para auxiliar no armazenamento, processamento e análise de inteligência de todas as fontes?
 - Os processos de GI do Estado permitem o fluxo rápido e eficaz de informações relacionadas com AElS para as entidades que delas necessitam?

6.4.4.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

- » O Estado não possui um método padronizado para a recolha, análise, agrupamento e distribuição de

informações relacionadas com incidentes envolvendo AElS.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

- » Unidades individuais redigem relatórios de incidentes envolvendo AElS, mas estes não possuem formato padronizado nem são reunidos em um centro nacional de dados sobre bombas reconhecido.
- » Investigadores forenses individuais redigem relatórios de análise, mas estes não possuem um formato acordado nacionalmente nem são reunidos a nível nacional.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » O Estado reúne relatórios de incidentes envolvendo AElS em um centro nacional de dados sobre bombas reconhecido.
- » Os relatórios de análise forense de AElS são redigidos de acordo com um formato padronizado, vinculados a provas e distribuídos em tempo hábil a todos os que deles necessitam.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

- » Os agentes de aplicação da lei do Estado participam no Projeto Watchmaker da INTERPOL.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado possui processos eficazes para recolher, analisar, reunir e distribuir informações relacionadas com AElS entre as suas próprias unidades policiais, de segurança e militares.
- » Existem mecanismos comprovados e testados de troca de informações relacionadas com AElS com parceiros regionais e internacionais.

6.4.5 Medidas Anti-AEI a jusante: Análise técnica de AElS coletados

6.4.5.1 Introdução

A exploração técnica e a caracterização de AElS coletados tem como objetivo abordar as questões decorrentes da análise forense formal do material recuperado de incidentes com AElS que necessitam esclarecimento. O intuito da atividade também consiste em determinar a razão pela qual o incidente envolvendo AElS aconteceu e compreender os objetivos dos criminosos ao fabricar e utilizar um AEl de um tipo específico.

A exploração técnica de AElS indica as capacidades técnicas dos indivíduos que fabricam e utilizam AElS e permite identificar o seu modo operatório. Também pode contribuir para a previsão de ameaças futuras.

6.4.5.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado no âmbito da análise técnica de AElS:

- » O Estado possui instalações para avaliar as capacidades técnicas de AElS como as descritas abaixo?
 - Campos de teste e instrumentos para avaliação das características de explosão de novas composições de explosivos
 - Estrutura de análise eletrónica para determinar o método de operação de itens eletrónicos

» Até que ponto existem procedimentos robustos para a transferência bidirecional de conhecimento entre os responsáveis pela neutralização de AElS e as equipes de análise técnica e exploração de AElS? Isso também ocorre em nível regional e internacional?

» Até que ponto o Estado pode contar com o apoio de cientistas e engenheiros com a experiência adequada para compreender os aspectos técnicos das ameaças de AEl enfrentadas?

- Existe um órgão estatal responsável por esse tipo de especialização?
- O Estado exige, através de meios jurídicos, que entidades não estatais, como instituições acadêmicas ou empresas comerciais, forneçam suporte técnico quando necessário?

6.4.5.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» O Estado não possui capacidade nacional para realizar a análise técnica de AElS recuperados.

» Todas as análises técnicas de AElS realizadas são conduzidas nos níveis táticos mais baixos e as informações obtidas não são amplamente disseminadas.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado não possui capacidade interna de análise técnica de AElS recuperados e seus componentes, mas reconhece a importância dessa atividade e utiliza o conhecimento e as capacidades fornecidos por terceiros.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» O Estado possui capacidade interna básica para realizar a análise técnica de AElS.

» O Estado tem consciência das suas lacunas em termos de capacidades internas e busca assistência de parceiros quando necessário.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

» O Estado possui instalações bem equipadas e funcionários devidamente treinados capazes de realizar a análise técnica completa de AElS.

» O Estado participa no Projeto Watchmaker da INTERPOL.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

» O Estado possui engenheiros e cientistas com vasta experiência, treinados em uma ampla gama de disciplinas relevantes, com conhecimento especializado da tecnologia empregada em AElS.

» O Estado troca informações sobre a análise técnica de AElS coletados com parceiros regionais e internacionais e é proativo na avaliação de ameaças emergentes ou na previsão de ameaças futuras.

6.4.6 Medidas Anti-AEI a jusante: Identificação de criminosos

6.4.6.1 Introdução

A identificação de indivíduos envolvidos na utilização de AElS é um elemento fundamental de operações

Anti-AEI eficazes. Caso as circunstâncias operacionais e de segurança permitam, é invariavelmente recomendável envidar esforços para encarcerar os indivíduos envolvidos no fornecimento, na fabricação e na utilização ilegais de AEIs, a fim de obter mais informações que possam apoiar futuras operações de combate.

Os indivíduos podem ser identificados através de diversas técnicas de inteligência, como HUMINT⁴⁵ e SIGINT,⁴⁶ mas a inteligência forense e biométrica⁴⁷ é o método mais eficaz de reconhecimento de criminosos e vinculação de indivíduos a incidentes específicos de AEI. A IFA, derivada de fontes como contas de redes sociais e materiais de propaganda publicados, também pode gerar informações valiosas para a identificação dos autores de crimes.

6.4.6.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado no âmbito da identificação de envolvidos na utilização de AEIs:

» Até que ponto o Estado possui os recursos básicos fundamentais de recuperação forense, análise e inspeção técnica de AEIs?

- O Estado atua em conformidade com as melhores práticas internacionais de recuperação forense, análise e inspeção técnica de AEIs?
- O Estado troca informações sobre técnicas com parceiros internacionais?

» O Estado utiliza de maneira eficaz as várias fontes de informação e inteligência disponíveis para identificar os criminosos?

» Existem exemplos bem-sucedidos de identificação de criminosos pelo Estado? Em caso afirmativo, quais foram os principais fatores que contribuíram para esse sucesso?

» O Estado utiliza um método técnico de identificação de perfil (ou seja, não biométrico) para a identificar características singulares de um fabricante de AEI específico (ou grupo de fabricantes de AEI treinados por um indivíduo específico)?

» O Estado utiliza técnicas de análise geoespacial ou de big data para desenvolver inteligência que auxilie na dos envolvidos na fabricação e uso de AEIs?

6.4.6.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» O Estado possui apenas uma capacidade rudimentar de identificação de indivíduos envolvidos na utilização ilegal de AEIs, geralmente baseada em HUMINT.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» O Estado reconhece que informações importantes podem ser obtidas por meio de uma exploração eficaz de cenas de AEIs e da análise de componentes recuperados, mas geralmente não possui capacidade para realizar essas tarefas.

⁴⁵ HUMINT é uma categoria de inteligência derivada de informações recolhidas e fornecidas por fontes humanas.

⁴⁶ SIGINT é o termo utilizado para descrever a inteligência de comunicações (derivada de comunicações eletrônicas e sistemas de comunicações) e a inteligência eletrônica (derivada de transmissões eletromagnéticas não relacionadas com comunicações).

⁴⁷ Isso às vezes é parte do que é conhecido como "exploração de material e pessoal".

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » O Estado possui um sistema operacional para a exploração de cenas de AEIs e a análise de componentes recuperados, e os criminosos são identificados a partir da análise forense do material de AEI coletado.
- » A análise de componentes de AEIs recuperados gera evidências utilizadas em processos judiciais e informações que apoiam futuras operações de inteligência.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

- » O Estado mantém um banco de dados biométrico nacional e pode associar os criminosos às cenas de AEI por meio de evidências biométricas recuperadas.
- » Há exemplos bem-sucedidos de indivíduos associados à fabricação e utilização de AEIs que foram identificados graças à análise eficaz de materiais e às informações obtidas em cenas de AEIs.
- » O Estado participa no Projeto Watchmaker da INTERPOL.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado possui recursos abrangentes para a análise de materiais recuperados em cenas de AEI e uma ampla variedade de técnicas científicas para identificar autores e vincular indivíduos a incidentes com AEIs.
- » O Estado troca dados biométricos com parceiros internacionais para identificar criminosos e fabricantes de AEIs que atuam além das fronteiras nacionais.

6.4.7 Medidas Anti-AEI a jusante: Processo judiciário

6.4.7.1 Introdução

A capacidade de identificar e processar indivíduos que fabricam e utilizam AEIs é um elemento fundamental para enfraquecer a eficácia das redes que utilizam tais artefactos. Outro fator é a garantia do funcionamento do Estado de direito, essencial para enfrentar a radicalização de uma série de grupos envolvidos na utilização de AEIs.

O testemunho humano possui papel preponderante em alguns sistemas judiciais, e a apresentação e a consideração de provas derivadas de fontes técnicas forenses podem ser desafiadoras.

6.4.7.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da maturidade da capacidade Anti-AEI de um Estado no âmbito de processos judiciais Anti-AEI:

- » Há histórico e exemplos de processos bem-sucedidos contra indivíduos envolvidos na aquisição ilegal de precursores de AEIs ou na fabricação e utilização desses artefactos?
- » Até que ponto o sistema judicial do Estado permite o uso de provas forenses em casos envolvendo AEIs?
- » Existe legislação vigente que proíba a aquisição de componentes, fabricação e utilização de AEIs? A legislação é adequada ao propósito?

» São necessários processos judiciais não padronizados para lidar especificamente com as ameaças representadas por grupos que cometem atos de terrorismo utilizando AElS?⁴⁸

- O Estado conta com juizes e promotores nomeados e/ou especializados para conduzir os julgamentos relacionados com terrorismo?
- Em caso de processos especiais, quantos deles são julgados através de processos não convencionais e quantos casos relacionados com IEDs resultaram em processos bem-sucedidos?

» O próprio sistema judicial é um alvo? Existem medidas de segurança adequadas para proteger os indivíduos que atuam na administração judiciária?

6.4.7.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

» Não há legislação específica relativa à posse não autorizada de explosivos ou à sua utilização para fins criminosos.

» O sistema judiciário não possui preparação ou é incapaz de lidar com infrações relacionadas com a utilização criminosa ou terrorista de AElS.

» Membros individuais do sistema judiciário são extremamente vulneráveis a ataques de criminosos e grupos que cometem atos de terrorismo.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

» Há legislação relacionada com AElS em vigor, mas geralmente não é aplicada.

» O sistema judiciário tem dificuldade em aplicar a legislação existente em um ambiente em que grupos que cometem atos de terrorismo utilizam AElS para atacar a estrutura de segurança do Estado e causar vítimas civis.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

» O Estado possui um sistema judiciário em funcionamento capaz de aplicar o Estado de direito de forma imparcial e eficaz aos acusados de crimes envolvendo AElS.

» A utilidade das evidências forenses é compreendida, e a apresentação das mesmas é frequente por parte das autoridades judiciárias para provar a cumplicidade de indivíduos envolvidos no fornecimento, na fabricação e na utilização de AElS.

» Níveis adequados de proteção pessoal são fornecidos aos membros individuais do sistema judiciário para garantir que eles permaneçam invulneráveis a ataques ou coerção.

MC Anti-AEI Nível 4 -Gerido possui as seguintes características:

» A utilidade das evidências forenses é extremamente compreendida e, muitas vezes, constitui uma parte fundamental da acusação.

» Há exemplos de casos em que a recuperação de evidências forenses de cenas de AElS levou à

⁴⁸ Por exemplo, são necessários julgamentos sem júri em certos casos relacionados com terrorismo para evitar o suborno de testemunhas?

identificação dos envolvidos no fornecimento, na fabricação e na utilização de AElS e à acusação bem-sucedida de indivíduos por meio do sistema judicial.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado possui um sistema judiciário altamente competente e com excelente funcionamento, capaz de reagir de maneira eficaz à utilização criminosa e terrorista de AEI.
- » O Estado apoia a extradição de suspeitos envolvidos no uso transnacional de AElS.

6.4.8 Medidas Anti-AEI a jusante: Desenvolvimento de contramedidas Anti-AEI

6.4.8.1 Introdução

A capacidade de responder às mudanças na utilização de AElS é fundamental para uma estratégia Anti-AEI eficaz. Uma avaliação eficaz da maturidade Anti-AEI nesse âmbito deve basear-se na maneira como o Estado é capaz de responder a mudanças reais ou previstas na utilização de AElS e, assim, desenvolver contramedidas eficazes. Trata-se, na prática, de avaliar a capacidade de aprendizado e reação do Estado.

Para manter o apoio da população civil em áreas onde a utilização de AElS é predominante, o material de sensibilização deve ser atualizado à medida que as ameaças de AEI passam por mudanças. As transformações em termos de táticas, técnicas e procedimentos empregados por criminosos e grupos que cometem atos de terrorismo também precisam ser informadas aos membros das forças de segurança do Estado que não são especialistas em combate a AElS.

Deve-se reconhecer também que medidas eficazes anti-AEI são um importante facilitador de outras atividades de apoio humanitário.

6.4.8.2 Considerações sobre a avaliação

As seguintes questões devem ser incluídas na avaliação da capacidade de um Estado no âmbito de desenvolvimento de medidas Anti-AEI:

- » Até que ponto o Estado monitora a utilização de AElS por parte de criminosos e grupos que cometem atos de terrorismo e pode reagir prontamente às mudanças nas táticas, nas técnicas e nos procedimentos?
- » Como é que o Estado desenvolve medidas Anti-AEI? Os órgãos nacionais são responsáveis pelos elementos abaixo?
 - Desenvolvimento de formação Anti-AEI (incluindo tanto a formação técnica para especialistas quanto a formação geral sobre AEI para não especialistas e para a população em geral)
 - Especificação de requisitos e aquisição de equipamentos
 - Desenvolvimento de blindagem para veículos protegidos
 - Infraestrutura governamental para resistir aos efeitos de AElS
- » Com que rapidez o Estado é capaz de reagir às mudanças na utilização de AElS, adquirir novos recursos ou fornecer formação atualizada para mitigar novas ameaças de AEI?
- » Com que frequência é a formação de NAEI atualizada?

6.4.8.3 Critérios de avaliação

MC Anti-AEI Nível 1 - Inicial possui as seguintes características:

- » O Estado possui recursos limitados para desenvolver medidas Anti-AEI.

MC Anti-AEI Nível 2 – Em desenvolvimento possui as seguintes características:

- » O Estado reconhece que o desenvolvimento de medidas Anti-AEI é importante, mas não possui capacidades nacionais nesse âmbito.
- » O Estado depende excessivamente do apoio de nações parceiras para adquirir os recursos Anti-AEI de que necessita.

MC Anti-AEI Nível 3 - Definido possui as seguintes características:

- » O Estado possui um sistema de monitorização das mudanças na utilização de AEIs e é capaz de fazer mudanças concomitantes nas táticas, nas técnicas e nos procedimentos utilizados pelas suas próprias forças.

MC Anti-AEI Nível 4 - Gerido possui as seguintes características:

- » O Estado possui um sistema eficaz de desenvolvimento de medidas Anti-AEI capaz de reagir rapidamente às mudanças na utilização de AEIs.

MC Anti-AEI Nível 5 - Otimizado possui as seguintes características:

- » O Estado possui um sistema extremamente eficaz e proativo de desenvolvimento de medidas Anti-AEI capaz de reagir rapidamente às mudanças reais e previstas da utilização de AEIs.
- » O Estado compartilha as melhores práticas com parceiros internacionais e regionais.

